

Lázaro Rufino Dâmaso Neto

Diálogos sobre *esquerdas*: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local, pelo olhar de Elson Costa. Ituiutaba-MG - 1950-1964.

Ituiutaba, MG
Inverno, 2018

Lázaro Rufino Dâmaso Neto

**Diálogos sobre *esquerdas*: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local,
pelo olhar de Elson Costa. Ituiutaba-MG - 1950-1964.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de bacharel e licenciado em História.

Área de concentração: História política regional

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dalva Maria de Oliveira Silva

Ituiutaba, MG
Inverno, 2018

Lázaro Rufino Dâmaso Neto

**Diálogos sobre *esquerdas*: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local,
pelo olhar de Elson Costa. Ituiutaba-MG - 1950-1964.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para obtenção
do título de bacharel e licenciado em História, no
Instituto de Ciências Humanas do Pontal - Universidade
Federal de Uberlândia, pela banca examinadora formada
por:

Ituiutaba, 09 de julho de 2018.

Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro, FH/UFG

Prof.^a Dr.^a Ângela Aparecida Teles, ICHPO/UFU

Prof.^a Dr.^a Dalva Maria de Oliveira Silva, ICHPO/UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram de diferentes formas para a conclusão deste trabalho. Àqueles que na rotina me indicaram fontes, bibliografia, caminhos e possibilidades a serem trilhadas, têm meu profundo agradecimento. Também agradeço aos que se dedicaram para os momentos de diálogos, podendo eu contar com a paciência e afeto dessas pessoas, que têm participação direta na escrita desse trabalho ao me manter ativo.

Ao curso de História, agradeço imensamente aos professores que acompanharam a minha formação. Agradeço de forma ampla a todos os professores, que durante esses quatro anos e meio ensinaram-me o ofício de historiador e também me conduziram para a formação de professor-pesquisador. Em especial agradeço a orientadora deste trabalho, Dalva Maria de Oliveira Silva, que contribuiu de maneira ímpar para a elaboração do argumento historiográfico. Agradeço às contribuições feitas pela professora Ângela Aparecida Teles, Giliard da Silva Prado e José Josberto Montenegro Sousa, que no decorrer da minha graduação incidiram fundamental importância para a elaboração metodológica e dos referenciais para este trabalho, por meio de indicações de leituras e nos momentos em sala de aula. Também agradeço imensamente aos professores Astrogildo Fernandes da Silva Júnior e Sandra Alves Fiuza, os quais me ensinaram a prática docente e que suas contribuições são percebidas no meu exercício constante em fazer uma escrita mais didática e comprometida com o ensino de História.

Agradeço a todos os amigos que tiveram a paciência de lidar com meu isolamento para conclusão deste trabalho. Sou grato pelos momentos de acalorados debates feitos nesses últimos meses a respeito da temática, na República Anônima em presença de Eduardo Mattos, Ian Filgueiras, Luis Fernando Yamamura, Luiz Otávio (Dodô), William Camiloti e demais agregados que me ouviram, interessados, a falar sobre o trabalho e deram todas as contribuições possíveis, provocando um ambiente interdisciplinar informal. Sobre amor e afetividade, reconheço essencialmente à minha companheira Larissa Moreira Ribeiro, pela presença e fortalecimento e à Letícia Moreira Ribeiro pelos dias compartilhados, de modo que essas mulheres foram protagonistas de constantes momentos de aprendizado e afeto, os quais melhoraram muito a minha vida.

Faço agradecimento aos meus familiares que me incentivaram na escrita deste trabalho. Agradeço a Maria de Lourdes Santos Dâmaso, minha mãe, que diante de tantas intempéries ainda teima em colorir meus dias com sua esperança em dias melhores, construindo uma das inspirações para escrita deste trabalho, transcendendo até a minha militância política. Reconheço as imensas contribuições de Grey Fausio Dâmaso, meu pai, que desde a minha infância exercitou a construção do cenário local por meio de suas histórias, transmitindo a mim a fascinação pelo passado e pelas pessoas. Agradeço a Maria Cândida, minha irmã, que mesmo nos sete anos que distanciam nossas gerações, compreende pacientemente as minhas divagações. Agradeço aos meus avós, Alzira Divina Dâmaso, Raimunda Bezerra de Medeiros e José Nascimento dos Santos, que em sua simplicidade trouxeram os motivos para meu trabalho, ao se apresentarem como atores profundamente envolvidos no contexto estudado e que, assim como os meus pais, me ensinaram como se conta história.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema principal as dinâmicas de *esquerda* política no período de 1950 a 1964, em um recorte regional e local, analisando as disputas de poder travadas no Triângulo Mineiro e no município de Ituiutaba (MG). O estudo é feito por meio da análise de fontes, que se constituem de anotações e materiais apreendidos na posse do comunista Elson Costa (Prata/MG, 1913-1975), em investigações sobre casos de “subversão” realizadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (D.O.P.S.), em diálogo com as expressões políticas do periódico “Folha de Ituiutaba”, que teve circulação de 1951 a 1964. Diante as fontes, se lançam questionamentos sobre a expressividade das dinâmicas regionais, em diálogo com movimentos que se inserem em dinâmicas nacionais, bem como no que tange a políticas de Estado, relacionadas ao ideário nacionalista, que, por sua vez, também influencia nas elaborações de luta social das *esquerdas*. A escrita é fundamentada pela historiografia mais recente, fazendo discussão sobre os ideários de Estado nacionalista e a derrota do nacional desenvolvimentismo em fins do governo de Juscelino Kubitschek, que se desdobra em consequências para o projeto ruralista. Em suma, há a articulação com a historiografia produzida sobre o período analisado para diálogo com as fontes referidas, que parte da postura intelectual em analisar as expressões de agentes políticos em contraste com os discursos hegemônicos das instituições, tanto do Estado quanto do Partido Comunista Brasileiro.

Palavras chave: História Regional e Local; Comunismo; Democracia brasileira;

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIAPI	Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba
APM	Arquivo Público Mineiro
ATAMG	Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais
ATI	Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CC	Comitês Centrais
CEMIG	Companhia Elétrica de Minas Gerais
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Avançados
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
CAPÍTULO 1: <i>As disputas ideológicas acentuadas pela gestão do nacional desenvolvimentismo: movimentações sociais e políticas (1950-1964)</i>	18
CAPÍTULO 2: <i>Um comunista no Triângulo Mineiro: Elson Costa e os Projetos sociais para o campo (1956-1961)</i>	38
CAPÍTULO 3: <i>A imprensa e os agentes políticos locais: uma análise do periódico “Folha de Ituiutaba”</i>	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O título do trabalho faz a chamada para “diálogos sobre esquerdas”, que significa o exercício de dialogar com seleções de fontes e bibliografia que indicam expressividade no grande espectro da *esquerda* no Brasil. É destacado a terminologia plural “*esquerdas*” por se buscar compreender, além da matriz teórico política dos agentes históricos, também a sua localização na conjuntura política dos anos 1950, que encara o fervor de projetos de poder antagônicos, mas que por sua via se entrelaçam no ideário nacionalista marcante para a década que se estende por governos democráticos até o golpe civil militar de 1964.

O recorte é executado tendo como alvo a interpretação histórica do período que vai de 1950 a 1964, tido como um cenário político democrático de densa complexidade de ideias que projetam um futuro para a sociedade brasileira. Nos desdobramentos da investigação foi buscado dar enfoque no período democrático que antecede o golpe de 1964, visando à ação de debruçar-se sobre os projetos políticos de *esquerda* buscando compreender, através da leitura de fontes, quais eram as leituras políticas da época, que proporciona a percepção do diálogo feito entre diferentes setores políticos da sociedade. É necessário perceber que no período de 1950 a 1964 foram elaborados projetos de sociedade altamente sofisticados e que visavam à justiça social. Esses projetos não podem ser esquecidos, por mais que haja uma constante tentativa de ofuscamento e silenciamento desse passado.

O exercício de leitura histórica sob a lente regional e local – que busca perceber as nuances da ação política na cidade de Ituiutaba e no Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais – é sustentado pelo argumento de que as dinâmicas locais e regionais são características do meio, digerem as tendências políticas nacionais – nacionalismo, comunismo, liberalismo, populismo – contudo, no cenário local, para além da disputa de poder e vozes dessas tendências, é presente o mandonismo e as bases da sociedade construídas predominantemente na zona rural dos municípios. É oportuno citar que, segundo dados do IBGE, o Brasil na década de 1950 tinha 33.161.506 homens e mulheres vivendo na zona rural e 18.782.891 habitando centros urbanos e suburbanos, sendo o total isolado da zona urbana somando apenas 12.957.543, ou seja, os dados estatísticos demonstram que o país possuía uma realidade populacional predominantemente rural, indicando a plausibilidade para se estudar os recortes regionais e locais, dada a extensão territorial do Brasil.¹

Na chamada *Diálogos sobre esquerdas: um exercício de leitura política, sob a lente regional e local, pelo olhar de Elson Costa. Ituiutaba-MG – 1950-1964* coexiste a tentativa de discutir a expressão local e regional das proposições teóricas acerca da esquerda na história

¹ **Serviço Nacional de Recenseamento.** Tabela extraída do Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 1956.

política do Brasil, percebendo suas apropriações e colaborações com as experiências políticas de movimentos sociais, tais como partidos e sindicatos. A investigação se sustenta na elucidação da pluralidade política em relação direta com a extensão territorial do Brasil, no qual é visado focar na análise das dinâmicas locais em torno das lutas sociais e as formas e expressões de esquerda política que se manifestam nesse contexto. Assim sendo, há comprometimento com a leitura de uma história política na cidade de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil, no referido recorte.

O trabalho tem sua identificação com a história do tempo presente, pretendendo, por meio da análise das fontes, elucidar o que é contribuinte para o pensamento, a historicidade dos sujeitos e a aproximação dos contextos históricos investigados. Para a historiografia do período referido como a *experiência democrática*², os agentes de esquerda se localizavam em diferentes âmbitos e setores da esfera política e social, que durante a década de 1950 trabalharam para a consolidação dos ideais democráticos e conduziram o fortalecimento da base revolucionária entre os trabalhadores rurais, em fins dos anos 1950. Sob uma matriz de pensamento nacionalista esses movimentos tomam formas e dinâmicas particulares a depender do meio em que se inserem e do espaço geopolítico no qual os agentes tornam suas vozes ativas.

O Partido Comunista Brasileiro é um caso em particular, pois têm influência na dinâmica política nacional mesmo estando na ilegalidade desde 1947. Parte considerável dos militantes comunistas foram vorazmente caçados durante a ditadura civil militar (1964-1985) e a memória desses agentes foi silenciada e estrategicamente ofuscada no processo de disputa entre projetos políticos. Suas contribuições políticas causaram mobilizações sociais que, segundo o regime militar, ameaçavam a ordem social. Depois de mais de quatro décadas houve a tentativa de recuperar a memória dos agentes assassinados pelo regime militar e trabalhar os significados de suas lutas para a época, visto principalmente por meio da organização de arquivos públicos sobre o período e na ação da Comissão Nacional da Verdade, que advém de políticas internacionais de reparação às vítimas de ditaduras, que objetiva, também a preservação da memória dessas pessoas, “desenterrando” um passado que pode ser campo de investigação para o historiador. O Arquivo Público Mineiro possui vasto acervo das atividades comunistas no Estado e concentra grande parte das documentações que no passado foram apreendidas e arquivadas pelo Departamento da Ordem Política e Social (D.O.P.S) mineiro, no contexto do regime militar. Para além das correspondências e relatórios, os policiais também apreendiam os pertences encontrados com esses agentes políticos, denominados “subversivos”, assim como mantinham um disciplinado arquivamento

² O termo *experiência democrática* é retirado do terceiro volume de textos sobre o período de 1950 e 1964 no Brasil, organizados por Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado.

dos indicativos de “subversão”.

Existem numerosas pastas investigativas em torno do Partido Comunista Brasileiro, apreendidas pelo D.O.P.S-MG, para rastreamento de agentes políticos do Partido. Não há evidência sobre a intencionalidade do Departamento em acumular tanto material apreendido de agentes “subversivos”, pois ao interagir com essa documentação se percebe o rigor dos arquivos da polícia política, o que levanta diferentes possibilidades de questionamento, como por exemplo: qual era o papel da inteligência policial para investigação das formas de ação revolucionárias? O PCB, que estava na ilegalidade, está como objeto desses materiais e se apresenta em muitas fontes, que oferecem horizonte para pesquisa e apresenta novas perspectivas do referido passado histórico. Para além do plano institucional que na década de 1950 e 1960 perpassa toda luta do Partido na busca pela legalidade e participação na esfera democrática, também é de profunda complexidade as leituras que dirigentes e agentes históricos faziam de seus meios de militância, o que produz a elucidação de um território brasileiro mergulhado em dissenso político e complexidade das organizações sociais, derivadas de estruturas específicas das regiões e suas populações.

É nesse íterim que se localizam as principais fontes selecionadas para narrativa histórica das atuações de *esquerda* política, que consistem em materiais apreendidos na posse de um dirigente do PCB, e que contribuem para reconstituição do passado histórico desse ideário político e ações comunistas em âmbito regional e local. Elson Costa foi dirigente estadual do Partido Comunista Brasileiro em Minas Gerais, no seu curto prazo de legalidade, em 1946 e 1947 e atuou durante toda a década de 1950 na ilegalidade do Partido. O agente em questão tem leituras que transitam por análises profundas da situação comunista internacional até as investigações em torno das especificidades para organização de sindicatos e leitura da situação dos trabalhadores no estado de Minas Gerais. Para além das anotações de autoria de Elson Costa, nas pastas também são encontradas correspondências produzidas por companheiros de luta, notas importantes para se ler as atividades panfletárias, de formação política e de estruturação do Partido e sindicatos.

Elson Costa representa para este trabalho o local de fala para narrativa do passado histórico no recorte de 1950 a 1964. Seu destaque se dá por sua origem regional – nasceu no município do Prata, Triângulo Mineiro no ano de 1912 -, e por suas adensadas reflexões a respeito da práxis revolucionária. Na análise das pastas apreendidas com esse agente houve o desdobramento que nos possibilitou encontrar outros agentes históricos que atuaram na região apresentando uma crescente rede de atores. Assim sendo, o trabalho se compromete em traçar um panorama das atuações políticas de *esquerda* nos âmbitos local e regional. Para o delineamento político local, em diálogo com o período específico, há também a busca de

fontes de imprensa periódica, conduzindo para leitura do jornal local “Folha de Ituiutaba”³, em que é visto para este trabalho como profundo contribuinte para a compreensão do cenário político regional e local, e que possui em suas páginas expressões de figuras intrigantes, que emergem das discussões dos agentes de *esquerda* que, por sua vez, constituem o diálogo entre regiões e a colaboração para a escrita da historiografia política.

Ao localizar o cenário e os diferentes agentes históricos é dado enfoque investigativo para a busca das expressões e leituras políticas de orientação esquerdista/progressista/oposicionista, que se manifestaram no âmbito do local, pelo fato dos agentes orientados sob esse espectro terem sido impedidos de viver em estado de direito, sendo perseguidos, executados e injustiçados. Por meio da investigação das expressões de oposição à política local de Ituiutaba e Triângulo Mineiro, células representativas da oposição e resistência foram encontradas nos Arquivos da Polícia Política, sessão do Arquivo Público Mineiro, dando enfoque correspondente ao material apreendido em posse de Elson Costa, datando do período de 1950-1964.⁴ Quando Elson Costa foi preso, em 1975, todos os seus materiais escritos foram confiscados pelo D.O.P.S. O mesmo dirigia gráficas do PCB na cidade de São Paulo (SP), em pleno regime militar, isso fez com que os militares tivessem o cuidado de armazenar todos os arquivos do agente político. Na posteridade, com a publicização desses materiais para fins de pesquisa, percebe-se a densidade desses documentos: são um total de oito pastas, somando 2.437 imagens, dispostas da pasta 0089 á 0097 e foram parcialmente analisadas para este trabalho.

Por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, portal da Fundação da Biblioteca Nacional foi tido o acesso ao periódico “Folha de Ituiutaba”, que tinha circulação bi semanal nos intervalos de 1951 a 1960 e aprimora seu projeto gráfico em impressos semanais de 1961 a 1964. Esses dois momentos do impresso são colocados em diálogo com as ações comunistas na região e as dinâmicas locais e, mais profundamente, com as fontes do Arquivo Público Mineiro. O jornal consiste em uma mescla de discursos inerentes às especificidades políticas locais, indo do caráter burguês dos anúncios e exaltação dos modos de vida burgueses, chegando à coexistência com artigos sobre Cuba, nacionalismo e articulistas comunistas, o que constituía a ambiguidade do jornal e o que se apresenta em valor de fonte para a escrita deste trabalho, com o questionamento sobre o projeto político-editorial do jornal na conjuntura de 1951-1964.

Em suma, a busca investigatória para este trabalho se apresenta na análise de fontes

³ “Folha de Ituiutaba”, 1951 a 1964. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

⁴ A respeito da trajetória de Elson Costa, é recomendado consultar o documentário produzido pela PUC-SP, intitulado “A marca d’água: a presença de Elson Costa”, realização da AGENT (Agência de Jornalismo Online Maurício Tragtenberg) e Rede PUC, com base nos depoimentos da Maria Helena Souza e José Miguel Wisnik, sobrinhos do agente político em questão.

locais, que visam contextualizar as particularidades regionais e locais diante as tendências políticas da época referida como *o tempo da experiência democrática*. A justificativa para esse exercício, que coloca a região como objeto de estudo, se dá pela necessidade de se perceber os papéis fundamentais exercidos por cada região para manutenção das estruturas e concepções políticas da época em questão. É necessário perceber as movimentações e os projetos de poder que eram construídos e idealizados nessa época - que tinham como intenção diferentes projetos políticos -, em aproximação com as estruturas de partidos, sindicatos e diálogos com o Estado. Em específico sobre a pesquisa que enfoca o Triângulo Mineiro, se dá pelo fato de envolvimento político dessa região com as densas modificações políticas e econômicas no período recortado, que advinha do projeto de aceleração da indústria nacional, fruto da plataforma nacional-desenvolvimentista.

Em função da localização temporal das fontes foram estabelecidas as balizas para investigação, a qual principia no ano de 1950 e finaliza em 1964. O ano em que se inicia a análise é devido à publicação do Manifesto de Agosto, importante documento que formula as práticas do PCB para o decorrer de toda a década, que coloca no enfoque a luta pela reforma agrária e deposita no campo o centro de disputas políticas. Também é produtor o recorte que antecede o golpe civil militar de 1964, pela justificativa de uma necessidade em compreender a centralidade do processo de formação dos movimentos sociais no seio democrático e a dinâmica plural dos agentes sociais inseridos nessa experiência democrática, que não completou duas décadas no correr do século XX. Esse recorte desperta para a reflexão histórica da atividade de protagonistas do movimento de organização dos trabalhadores, pelo fato de o contexto ser inserido em planos democráticos da política institucional.

Há a proposta deste trabalho com a prerrogativa de sua utilidade para uma compreensão dos movimentos sociais da esquerda política e suas trajetórias na situação regional, no que tange às formações políticas e construções de suas linhas de pensamento, compreendendo-os na rede de atores que disputam poder em discurso e em formas de ação. O trabalho é alinhado à perspectiva de pesquisa histórica regional de Idalice Ribeiro Silva (2000), que em sua análise sobre o comunismo na cidade de Uberlândia e região no século XX, propõe em sua pesquisa, diante a investigação dos agentes políticos comunistas, “uma concepção e compreensão do comunismo e das diretivas do partido metamorfoseadas de suas visões de mundo e de suas experiências concretas.” (SILVA, 2000, p. 20)

Há o reconhecimento da pertinência e necessidade de se produzir uma historiografia regional e local, apresentando os agentes históricos que formaram a identidade do território nas suas diferentes esferas. A esfera aqui apresentada para análise é a política, que tece sua

dinâmica com as particularidades de cada grupo social, vistas em suas organizações de trabalho social e visão de mundo. Nesse sentido, considera-se relevante a discussão e pesquisa sobre história local no que tange à sua contribuição para identidade dos sujeitos históricos aqui presentes e uma emancipação em relação a fatores deterministas que os vinculam a pensamentos advindos dos *grandes centros* – Rio de Janeiro e São Paulo.

Em debates teóricos no que tange a história regional constata-se que, com o processo de expansão de cursos de graduação e pós-graduação em História, houve a ampliação de temas e áreas a se pesquisar, bem como da produção historiográfica. Dentre os diversos campos, o interesse pela área de história regional, melhor dizendo, a criação dessa área diante da discussão de seus conceitos e objetos de estudo, tem como principal objeto a região.

As diversas posições dos profissionais de história, que entram na área de pesquisa em história regional, eclodem para um debate sobre os conceitos de região, diante de diferentes perspectivas de análise, o que traz desafios teóricos e práticos para os pesquisadores desta área. Janaína Amado, doutora em História Econômica, aborda sobre esses desafios (AMADO, 1990, p. 7-17). No debate sobre os conceitos de região a autora aborda o processo de interdisciplinaridade com o campo da geografia e desafios de se trabalhar o conceito por essa abordagem específica da área, considerando que a geografia utiliza como objeto o espaço, e a história, o tempo. A autora discute o conceito de região sobre uma perspectiva marxista, que busca a compreensão do objeto de estudo visto como uma totalidade, considerando uma rede de relações que vão influenciar o olhar do pesquisador sobre o objeto de estudo, que no caso é a região.

Inicialmente Janaína Amado trata no referido texto, sobre os desafios teóricos na definição do conceito de região para o campo da historiografia. A expansão dos estudos de História Regional coincide com os debates ocorridos no campo da geografia sobre o conceito de região, que nessa área também é um importante objeto de pesquisa. Houve o abandono, pelos geógrafos, das perspectivas do determinismo naturalista, antes utilizadas pelo campo da geografia, como por exemplo, o uso de determinados pontos específicos, como clima, relevo, índices de produção ou taxas de natalidade e mortalidade, utilizadas pelo pesquisador, o que traria como resultado de pesquisa um material carregado de interesses de Estado ou individuais do geógrafo e também um caráter bastante excludente. Portanto há essa mudança no campo da geografia, pois “vários geógrafos já têm mostrado que a seleção dos índices para compor a região ou é fortemente subjetiva, ou responde a alguns interesses específicos, como por exemplo, interesses da parte do Estado” (AMADO, 1990, p. 8).

O debate do conceito de região no campo da geografia se apresenta com a chamada “geografia crítica”, que têm em suas discussões embasamentos do materialismo dialético, no

qual considera o homem como a força motriz para os processos de mudança, de modificação do espaço em que vive e na natureza, ou seja, a região é definida pela ação do homem. Assim, há um novo entendimento para discussão dos conceitos de região, que abrange mais fatores de mudança e influência no ambiente. Tais debates que incidem entre os geógrafos são legitimados na busca por uma melhor elaboração do conceito de região e provocou como consequência, na comunidade acadêmica, uma maior procura de historiadores por pesquisa em história regional, aproximando as áreas de história e geografia, que em interdisciplinaridade formularam a base conceitual para se estudar a região.

Há a definição do conceito de região como “a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla com a qual se articula” (AMADO, 1990, p. 8), que significa um alargamento da elaboração conceitual de região, que passa a articular as categorias de tempo e espaço. Todavia essa definição leva a outros desafios teóricos, como a utilização do conceito de totalidade, que necessita de análise acerca de qual totalidade se está falando, se há a articulação entre os modos de produção, questões sociais ou se há interferência do Estado.

Outra necessidade é de se deixar claro a relação entre os conceitos de região e espaço, pois o segundo designa uma atividade genérica e por vezes totalizante. Assim sendo, é concebida a “*região* como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade (AMADO, 1990, p. 8) Assim sendo, ao desdobrar-se o conceito de espaço para região, há trabalhos conduzidos por essa noção que se dedicam a interpretar a cultura, economia, política e ideias de mundo trabalhadas pelas pessoas de regiões selecionadas, pois se avaliadas essas categorias sob o conceito de espaço, não abrangeriam o que de fato é a região.

Amado (1990) defende com essa discussão a importância da contribuição da história regional para a compreensão da totalidade, mas logo em seguida trata a respeito dos desafios concretos para o pesquisador em história regional: com a maior procura pela área de história regional nos últimos anos, vieram diversos relatos de pesquisadores que na prática, ao buscarem documentação e acesso a acervos de memória, enfrentaram situações frustrantes, pois em via de regra a documentação não estava organizada e disponível. Isso devido á falta de arquivos públicos municipais e a incipiente conscientização acerca da conotação pública da documentação. Outro desafio é ainda a falta de reconhecimento dos grandes centros e as dificuldades para publicação dos trabalhos regionais. Porém o artigo foi escrito nos anos 1990, nos últimos anos o quadro se alterou graças á maior acessibilidade aos arquivos por meio digital, o qual proporcionou o desenvolvimento desta pesquisa.

Por outro lado, a região tem dinâmicas próprias que necessitam ser elucidadas de modo a contribuir para novas perspectivas do passado histórico. Por exemplo, se há uma análise que faça um panorama tendo como base as plataformas dos partidos e as atividades em grandes centros urbanos – eixos hegemônicos Rio de Janeiro e São Paulo –, há como consequência a postergação das demais ações políticas de *esquerda* no território. Numa abordagem de história política, em que há a constatação de silenciamentos na narrativa histórica da região, buscar-se-á neste trabalho, por meio das fontes selecionadas, investigar a identidade e formação do pensamento político regional.

Em suma, a abordagem é influenciada também pela história política, quando se têm a constatação de silenciamentos na narrativa histórica da região, sendo interessante um trabalho que investigue identidade e formação do pensamento político regional sob novas perspectivas dos agentes históricos que atuaram na região. Sobre a discussão em torno da história política, Marieta de Moraes Ferreira declara que “o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez.” (FERREIRA, 1992, p. 270) Há a constatação da história política como a investigação a respeito das representações coletivas que se consolidaram outrora por uma matriz simbólica, ou seja, analisar as concepções de mundo e projetos de poder em debate na história.

Para entendimento histórico da ação das *esquerdas* na década de 1950 no Brasil, torna-se necessário encaminhar a contextualização do período e um panorama das movimentações políticas. Buscou-se a leitura do processo histórico tendo como base os trabalhos de Vânia Maria Losada Moreira (1998); (2008), sobre a experiência democrática da década de 1950, caracterizando o nacionalismo de Estado da época, que fazia com que diferentes setores do espectro político confluíssem para esse ideário, que defendia a soberania e harmonia da nação e provocou um processo histórico de ampliação das bases populares de governo. Outra narrativa pertinente para construção desse trabalho é referente à tese de Jorge Ferreira (2008), sobre a inevitabilidade do golpe de 1964, que caminha para a construção de um cenário permeado do que o autor caracteriza como radicalizações, e que será colocado em diálogo com as fontes de recorte regional e local. Em suma, o trabalho se empreenderá à compreensão das expressões de esquerda no campo de disputa regional, levando como resultado o aprimoramento da leitura histórica do local e trazendo novas perspectivas de análise e interpretação do processo histórico estudado.

Nesse sentido, a pesquisa busca investigar as leituras de esquerda local, os projetos de poder e as disputas travadas nesse território, utilizando como fonte a lente interpretativa de setores que contrariavam e abalavam as estruturas dominantes. O intuito do trabalho é

perceber a complexidade histórica presente no cenário regional e local. A investigação caminha no sentido de enriquecer o debate historiográfico regional e local, de modo que ao investigar as especificidades do meio se percebe a articulação deste com a conjuntura política nacional e seus desdobramentos. Assim sendo, a base historiográfica referência do trabalho se sustenta em uma história cultural da política e da “nova história política”, produções citadas que são recentes e dotadas de um revisionismo da historiografia brasileira⁵.

O primeiro capítulo do trabalho, *As disputas ideológicas acentuadas pela gestão do nacional desenvolvimentismo: movimentações sociais e políticas (1950-1964)*, apresentará, por meio de diálogos com a historiografia, o cenário político em que estão imersos os agentes históricos em visão panorâmica do recorte proposto. Refletindo sobre as elaborações do Estado nacionalista, o capítulo se preocupará em apontar as mudanças econômicas e o discurso exaltador de um *progresso*, que no recorte local constrói a imagem do município de Ituiutaba como *cidade do futuro*, e como o ideário nacionalista participa na disseminação local da *harmonia entre classes*. Também será trabalhada a “concepção dos *inimigos internos*” que ameaçavam a ordem social e o processo de aceleração da industrialização, irrestrita às cidades, mas disseminada no setor agrário, derivando no fortalecimento das oligarquias rurais, que na situação regional e local provoca um contexto de disputa pela terra e acarreta na organização de trabalhadores. Em suma, se busca perceber as representações políticas que fazem do Triângulo Mineiro objeto da prosperidade econômica para os setores clientelistas e por outro lado pratica a exploração da classe trabalhadora. O capítulo se desdobrará para a localização de Elson Costa, suas análises e trabalhos de base na formação de sindicatos.

Para o segundo capítulo, *Um comunista no Triângulo Mineiro: Elson Costa e os projetos sociais para o campo (1956-1961)* será priorizada a análise da documentação de Elson Costa em diálogo com o contexto de industrialização do Brasil, em ritmo acelerado, no governo de Juscelino Kubitschek. Serão apresentadas as vertentes do nacionalismo e a presença desse ideário nas leituras de mundo, em articulação com o contexto de Guerra Fria e revisionismo da plataforma política da União Soviética. Diante desse panorama será feito o exercício de mapear outros agentes políticos importantes para além de Elson Costa. Neste capítulo a fonte de imprensa periódica foi colocada em diálogo mais aprofundado com o contexto histórico, de modo a encaminhar para discussão adensada do periódico “Folha de Ituiutaba” no próximo capítulo. Enfim, a reflexão se conduzirá sob a investigação das aproximações e distanciamentos entre um agente político declaradamente anticapitalista e o local - que tem como principal evidência histórica da época um jornal, dirigido por

⁵ Jorge Ferreira e Lucília Neves Delgado apresentam uma leitura da história alinhada a essa vertente teórica, assim como Marieta de Moraes Ferreira, ambos citados e discutidos neste trabalho.

profissionais liberais dotados de um esclarecimento que leva ao nacional desenvolvimentismo característico da região, de agentes políticos que vivem no centro urbano no qual existem disputas acirradas entre o “coronelismo”⁶ e as classes dominadas.

No terceiro capítulo, *A imprensa e os agentes políticos locais: uma análise do periódico “Folha de Ituiutaba” (1960-1964)*, analisamos projetos de poder abordados no capítulo anterior, complementando-se com a análise do periódico com a intenção de perceber as mudanças econômicas e a arregimentação de setores conservadores, que de certa forma contribuíam para a deslegitimação da democracia em oposição à ampliação da base popular de governo. Interpretou-se esse contexto histórico tendo como base a historiografia que argumenta sobre o acirramento das disputas de poder e a luta pela justiça social na época. Em suma, o capítulo faz uma reflexão sobre as particularidades das visões políticas regionais e locais e as disputas que as mesmas travam entre si concentrando no fim do governo de JK e estendendo-se até 1964.

⁶ O termo “coronelismo” é objeto de discussão de José Murilo de Carvalho (<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>) no qual o autor apresenta que tal verbete não contempla as dinâmicas de dominação no espaço rural durante todo o século XX, tendo como outras definições o clientelismo e o mandonismo. Ao longo deste trabalho é utilizado o termo entre aspas devido à maior popularidade do mesmo para designar as relações de mando, entretanto reconhece-se que o coronelismo é uma dinâmica de dominação feita pelas elites rurais no período da República Velha, o que se apresenta no recorte deste trabalho é nomeado “mandonismo”. Em suma, o termo refere-se à dominação característica dos meios rurais no Brasil.

Capítulo I

As disputas ideológicas acentuadas pela gestão do nacional desenvolvimentismo: movimentações sociais e políticas (1950-1964)

Todas essas camadas impulsionam cada vez mais a luta para que sejam estendidas ao campo as leis já conquistadas pela classe operária nas cidades. Desde a sindicalização rural e o direito a livre organização em suas várias formas, as leis de previdência e assistência social etc. A realidade é que as classes dominantes já são obrigadas a fazerem sérias concessões nesses terrenos, elaborando e aprovando uma série de leis que, se ainda não constituem a solução efetiva dessas questões, representam, no entanto, reformas e conquistas parciais que vão atenuando, por um lado, aspectos mais graves da situação das massas camponesas; por outro concorrem para que parcelas cada vez mais numerosas, esclarecidas e exigentes dessas massas, participem ativa e decididamente das lutas que se travam, cuja solução completa e efetiva será atingida com a Reforma agrária radical (Elson Costa, “Balanço do trabalho de campo realizado no 2º semestre de 1962”, Minas Gerais)

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que lutaram no campo. (João Goulart, Central do Brasil, 13 de março de 1964)

A política brasileira dos anos 1950 é marcada por duas correntes ideológicas: o nacional-desenvolvimentismo, que se alinhava ao setor dos liberais; e o nacionalismo econômico, defendido pelas esquerdas. Ambas correntes pertencem à amplitude do nacionalismo, que constitui um ideário elementar para se estudar e compreender as expressões e leituras de mundo que disputam o poder no período recortado. Moreira (1998) sustenta que para se entender o nacionalismo na política e sociedade brasileiras há que se treinar o olhar para sua complexidade. Essa compreensão plural do nacionalismo demanda do historiador a capacidade de “reconstrução das trajetórias e conteúdos específicos dos nacionalismos nos diferentes contextos histórico-sociais e uma taxonomia que torne menos opacas as diferenças de cada exemplo.” (MOREIRA, 1998, s. p.)

Valorizando a amplitude de trajetórias e especificidades do nacionalismo no Brasil da década de 1950, percebe-se que, tal ideário nacionalista constitui elemento chave para abertura dos estudos no período, percebendo inclusive como os elementos do nacionalismo são fundamentais para problematização e argumentação em torno da história política do país, sendo destacado que tal ideário constitui o pensamento de agentes históricos que por vezes atuavam em projetos de poder distintos.

O nacionalismo é percebido como fenômeno político relacionado ao fim do Estado oligárquico e subsequente política de massas implantada no país: regimes referidos

genericamente populistas são germinados em meio à crise dos anos 1930 e 1940. Moreira (1998) delinea a agenda nacionalista do populismo latino-americano em duas maneiras essenciais: as “decisões políticas de impacto”, identificadas no discurso que clamava a soberania e desenvolvimento econômico nacional, incentivando o parque industrial, e um privilégio nacional para extração de recursos naturais presentes no território do país. Outra maneira foi a ação deliberada do populismo de integrar as camadas populares ao sistema político por meio de “retórica popular, da propaganda política, do reconhecimento geralmente tutelado de organizações sindicais e camponesas, da estruturação de partidos de massa e do atendimento de algumas demandas sociais e trabalhistas” (MOREIRA, 1998, s. p.)

Nessa retórica populista há a identificação do “povo” com a “nação”, ocultando as diferenças de classe e permitindo a criação de uma comunidade imaginária para estes Estados emergentes. Tal movimento foi bem sucedido por haver dificuldade de uma classe, ou fração de classe, exercer uma hegemonia política, o que levou a ser produzido como síntese o nacional-populismo, um ideário que propunha integração social. Há o apontamento feito por Moreira (1998) que diz sobre a relação entre a Revolução de 1930 e a crise de 1929, em que se produz no Brasil uma política de Estado que amplia a base social do governo, que é resultado da dificuldade da classe supracitada no parágrafo. A autora salienta a ambiguidade do Estado populista, que “garantiu certos ganhos reais às camadas populares e até mesmo apelou frequentemente para sua mobilização, mas igualmente obstruiu uma possível organização independente das mesmas, viabilizando a manutenção da dominação.” (MOREIRA, 1998, s. p.)

Ou seja, ao se empreender a política de Estado populista - que propunha integração social e ampliação da base de governo -, havia nesse movimento uma estratégia de controle: *dosar* o poder concedido às classes populares - os setores dominantes estavam se precavendo de possíveis insurgências de caráter popular radical ao construírem um modelo de Estado solícito às camadas populares e que incentivava às mobilizações das mesmas, contudo visando sua manutenção e controle.

A retórica populista desenvolvida nas diferentes realidades da América Latina produzem por sua via o nacionalismo, que se estende no Brasil dos anos 1930 até 1964: inicialmente como ideologia de Estado, percebido em Getúlio Vargas, mas também expressa-se no desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e chegando ao reformismo social de João Goulart. Entretanto, é de suma importância pontuar que o nacionalismo não é evidenciado exclusivamente sob ideologia de Estado. Nesse período sindicatos, partidos, associações de intelectuais, estudantes e militares também estiveram imersos no vocabulário e projeto de poder nacionalista, desses diferentes setores não estatais surgem duas principais vertentes: o

nacionalismo liberal ou nacional-desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico ou popular.

A respeito dos sindicatos, para além do ideário nacionalista que atravessa seus projetos de poder, é necessário avaliarmos a estrutura dessa organização social e quais relações políticas entre sindicato e Estado. Mesmo estando investigando um recorte iniciado na década de 1950 é necessário retroceder ao período conhecido como *Era Vargas*, pois é o período em que se estabelecem relações entre Estado e classe trabalhadora que permanecem até a Constituição de 1988: o controle dos sindicatos pelo Estado, a desmobilização dos trabalhadores e o combate à luta de classes. Em formalidade, neste período se localiza a construção legislativa de uma estrutura corporativa de sindicatos, que em certa medida são excludentes para com a classe trabalhadora e de um ponto de vista beneficia a dominação do Estado perante setores sociais que antes usufruíam de autonomia.

Partindo de D'Araújo (2003), que analisa a década de 1930, a autora considera que a legislação sindical “ao criar alguns direitos apenas para os trabalhadores urbanos, introduzia uma maneira de tornar o trabalho industrial mais atrativo.” (D'ARAÚJO, 2003, p. 2) Contudo, esta realidade de 1930 é paralela às mudanças econômicas travadas vinte anos depois, em 1950, na cidade de Ituiutaba, MG, região do Triângulo Mineiro, desde que reiteradas também suas disparidades: há um privilégio das relações de trabalho urbano, percebido na situação dos trabalhadores perante seus direitos. Os trabalhadores rurais são excluídos na legislação trabalhista, abandonados e levados à situação de exploração em maior grau, ao compararmos com os trabalhadores urbanos e suas conquistas de direitos. Ainda há o elemento “coronelistas” que já controlava as relações de mando rural, organizadas em exploração da maioria trabalhadora camponesa por detentores de terras. Tal informação é de suma importância para entendermos os desdobramentos do industrialismo regional que ocorre na década de 1950 - com as ressalvas e especificidades do recorte temporal e espacial - e como o discurso que sustenta essa realidade é embasado na década de 1930 e legitimado pela legislação.

Esse estabelecimento de alianças entre Estado e sindicatos apresenta uma grande questão para a condição da classe trabalhadora, que se estende até os dias atuais, e foi alvo de elaboração de 1930 a 1945, sendo conservada por ambos os setores por toda década de 1950, atravessando até o período de regime militar, 1964 a 1985. Por todo esse período tais alianças foram alvo de intensos debates, porém há o consenso entre esquerda e direita para esse formato, pois viam vantagens nessa unificação de sindicatos, medida elaborada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Na lógica da esquerda, tem sido visto como uma forma vantajosa de organização para a classe trabalhadora, pois evitaria as cisões de classe.

Partilhando a noção de que a “união faz a força”, juntos, os trabalhadores teriam mais expressividade em suas reivindicações. Para os setores conservadores, temerosos da força que um movimento grevista pudesse tomar, o sindicato único, vinculado diretamente ao Estado, era garantia de controle público e de limitações legais à capacidade de iniciativa e reivindicatória dos trabalhadores – era garantia de paz social. (D’ARAÚJO, 2003, p. 4-5)

Em suma o Estado é escolhido para garantir a seguridade de direitos em troca da autonomia organizacional dos sindicatos. Tal dinâmica evidencia o produto político vitalício do varguismo: a busca por harmonia social, que desagua na unidade nacional, buscando aliar setores que têm projetos de poder distintos – conservadores e trabalhadores. Esse discurso perpassa na execução política da década de 1950 e deve ser entendido para se compreender os horizontes e projetos de sociedade presentes na classe trabalhadora e seus agentes políticos que atuam na segunda metade do século XX.

Velloso (2002) apresenta a década de 1950 destacando o elemento populista. A década é marcada pelo regime democrático, e é uma época que vive traumas de uma ditadura, há pouco tempo terminada - o *Estado Novo*, que deixa profundas mudanças no Estado – um exemplo são os órgãos de repressão e espionagem. As continuidades de algumas dinâmicas políticas são destacadas e investigadas pela autora, que percebe o populismo e o romantismo político como continuidades de ideário e representação do Estado e governantes. A discussão empregada por Velloso (2002) é pertinente no que diz respeito à efervescência democrática articulada por um “clima de euforia”. Tal clima é derivado da conjuntura internacional, pois no “cenário mundial do pós-guerra vive a vitória da democracia. Entre nós comemora-se o fim da ditadura estado-novista. Busca-se recuperar o tempo perdido, não é atoa que o *slogan* consagrado pelo governo JK propõe “50 anos em cinco.” (VELLOSO, 2002, p. 172)

A necessidade de “recuperar o tempo perdido” presente no plano de governo de Juscelino Kubitschek é o que Velloso (2002) argumenta como sustentáculo para o nacional desenvolvimentismo da época, que “ao longo dos anos 1950, partidos, sindicatos e imprensa cerram fileiras em torno do projeto nacional desenvolvimentista, que tem no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) uma de suas fontes inspiradoras”⁷. (VELLOSO, 2002, p. 172)

⁷ O ISEB foi uma instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Desapareceu em 1964. O ISEB foi um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia “nacional-desenvolvimentista” que impregnou todo o sistema político brasileiro desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, até a queda de João Goulart, em 1964. A elaboração foi desenvolvida pelos intelectuais Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré. Os intelectuais que integravam o ISEB procuraram formular um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Nesse projeto, o *desenvolvimento* era entendido como a condição de superação da estrutura colonial ou subdesenvolvida, alcançável somente através da industrialização crescente do país. A política de desenvolvimento só comportaria uma opção, a *nacionalista*, única capaz de conduzir à emancipação e à plena soberania.

Estabelecido que a burguesia nacional estivesse na função de liderar o processo de desenvolvimento do país enquanto nação soberana, os intelectuais desse Instituto arquitetavam uma linha divisória entre a *velha sociedade*, tendo como base predominante uma economia exportadora de matéria-prima; a população rural, “atrasada” e a *nova sociedade*, que “alia interesses agrários com o capital estrangeiro e os interesses industriais com os da nação” (VELLOSO, 2002, p. 172) O ISEB, uma das principais expressões do nacionalismo da época, era influenciado pelo liberalismo econômico, base para formulação do nacional desenvolvimentismo. Porém não era consenso diante a proposta nacional desenvolvimentista, como projeto contemporâneo a essas ideias têm-se a vertente da esquerda política, o “nacionalismo econômico”.

O plano nacionalista visualizado pelas esquerdas era evidenciado em discursos que pautavam o crescimento de um Brasil com indústrias sob a leitura classista de sociedade. As mobilizações em torno de uma identidade nacional formulada dentro da classe trabalhadora, visavam obstáculos e dificuldades devido a unilateralidade dos sindicatos perante o Estado, o que é uma permanência do *varguismo*, visto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Moreira (1998) aponta que, sob o plano nacionalista, “cresceu um profundo antiamericanismo ao ser identificado o “imperialismo” com os interesses dos Estados Unidos.” (MOREIRA, 1998, s.p.) Os Estados Unidos, a maior nação capitalista, representava a principal ameaça para a igualdade entre classes e para o crescimento e harmonia nacional.

O consenso nacionalista entre Estado e diferentes setores - sindicatos, imprensa, intelectuais - produziu uma síntese de desenvolvimento para o país, em que a argumentação consistia na defesa da *revolução democrático-burguesa*. Haveria necessidade de fortalecimento da indústria nacional – superação do Brasil enquanto economia agro exportadora -, urbanização e tecnologia, superando o campo que se representava *atrasado e estático*, por não haver uma proximidade territorial com os grandes centros e por se pautar predominantemente em *plantations* e agricultura de subsistência.

Nos anos 1950 há uma modificação acentuada nas dinâmicas tanto no campo como na cidade, em busca de atingir os ideais de desenvolvimento para a nação. Os nacionalistas, tanto liberais quanto reformistas de esquerda, se distanciavam e aproximavam no passar da década. Para tanto, foi no governo de Juscelino Kubitschek onde houve a maior coesão entre diferentes setores da sociedade em nome do desenvolvimento e soberania nacional. Essa conjuntura se desmonta quando o nacionalismo popular se radicaliza no discurso e na prática, apresentado na ampliação de direitos e reformas de base (agrária, urbana, bancária, universitária, tributária etc), no governo de João Goulart.

Velloso (2002) investiga o projeto populista entremeado nas manifestações culturais da década de 1950. A autora nos diz que há nesse projeto a formação de uma tradição, que se resume em trabalhar a aproximação entre ‘povo’ e ‘nação’, de forma que caminhe para a unificação dessas concepções. Por esse motivo o consenso entre setores acontece:

no final da década de 1950 e início dos anos 1960, o povo torna-se o ator social requisitado. É ele que aparece como base de sustentação dos vários projetos políticos como os do Iseb, de cunho mais reformista; dos centros populares de cultura (CPCs), de orientação marxista, e dos movimentos de cultura popular: no nordeste e de alfabetização, inspirados nos grupos católicos de esquerda (VELLOSO, 2002, p. 183)

Nesse ponto é perceptível, ao aproximarmos as reflexões de Velloso (2002) com Moreira (1998), produzindo a síntese, de que a força política do populismo e nacionalismo atua quase que hegemonicamente nas esferas da sociedade, tanto política – sob agenda governista que se baseia na política de massas – quanto cultural – por meio de elaboração de elementos de cultura popular e folclórica para desenvolvimento da identidade nacional. A retórica populista que exalta o popular como *rostro* da nação, é um elemento que faz as disputas de poder travadas na república se tornarem ainda mais complexas, visto que houve leituras e propostas de Brasil, sob a ótica do populismo e nacionalismo, que ameaçaram o *status quo* da classe dominante. Haveria uma necessidade do Estado em estabelecer uma conciliação entre os setores mais radicais, para que seguisse os parâmetros populistas de *harmonia social* da nação e *combate à luta de classes*.

Sobre o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Moreira (2008), argumenta que o projeto nacional desenvolvimentista do presidente significou, em tese, o investimento em infra estrutura, economia e indústria como o pacto entre ruralistas e industriais. Na interpretação do Plano de Metas – documento que sintetiza as ações do governo de JK – a autora identifica a proposta governista, que visava o arranque econômico do país em suas várias estratégias. A autora analisa o governo destacando dois projetos políticos da época: o *nacionalismo econômico* e o *ruralismo*, diante a investigação da dinâmica entre estabilidade política democrática e aceleração econômica do período.

Há o despertar para análise desse projeto nacional desenvolvimentista, sob diferentes lentes, ou seja, perceber como essa proposta cruza com diferentes realidades dos agentes históricos presentes na realidade brasileira. Moreira (2008) reconhece o sucesso econômico da proposta de JK em alimentar a parceria entre oligarquias rurais e industriais, o que teve como consequência uma maior complexibilização da economia, aumentando a relação de empregos e demandas por produtos, movimentando o setor industrial, ao mesmo tempo que aumentava a produção dos campos, modernizando os meios de produção através do investimento estatal proporcionado pelo capital estrangeiro.

No que tange a dinâmica industrial, trabalha-se no que Moreira (2008) apresenta a respeito das estruturas abaladas do nacionalismo econômico diante a abertura exagerada que o governo de JK ofereceu ao capital estrangeiro e a dependência desse governo para com esta modalidade de capital. Em consequência das grandes obras que pautavam infraestrutura, o governo se viu em imensa necessidade de capital de giro e abriu o território nacional para o mercado e indústria estrangeiros, que, sob o ponto de vista da corrente nacionalista econômica, abriria espaço para o imperialismo prejudicar o crescimento nacional dado às dificuldades de concorrência com indústrias estrangeiras originadas de países que já haviam passado por aperfeiçoamento tecnológico dos seus modos de produção, assim o Estado não supriria às demandas da burguesia nacional emergente, que necessitava de empréstimos para investimento no setor industrial.

Moreira (2008) também aponta para a restrição do governo de Juscelino Kubitschek no avanço econômico e certa exclusão das causas sociais. Um exemplo citado pela autora foi a dinâmica rural do período, que na chamada “Marcha para o Oeste” propõe de maneira descontrolada a tomada das terras em nome de um aumento de produção demandada pelos latifundiários que investiam nas mesmas. Tal descontrole se sobressai no interior do território nacional, excluindo as demais formas de demanda da terra (povos indígenas, pequenos agricultores roceiros, quilombolas), dando preferência e privilégio para a superprodução, para uma interação/parceria com o processo fabril e a industrialização dos setores de produção.

Barbosa (2015) refere-se à conjuntura política compreendida de 1950 a 1964 como o período “democrático-liberal brasileiro” (p. 8). O autor faz essa colocação ao empreender uma análise da dinâmica política local da cidade de Ituiutaba-MG e perceber a gama de agentes que são pareados à estrutura de poder maior: em análise das trajetórias e expressões políticas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), percebe a articulação partidária local da luta trabalhadora e particularidades dessa luta dialogando com o elementos do “coronelismo”, presente nas relações políticas e sociais. É um cenário repleto de personagens históricos que nos possibilitam perceber a potência das lutas políticas travadas, os projetos de poder apresentados na época e a complexidade dos desdobramentos causados.

No que tange a projetos de poder, Barbosa (2015) analisa a diligência local do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como representação de uma das vertentes do nacionalismo – perpassando do nacional desenvolvimentismo, ruralismo, trabalhismo -, de modo que essa representação é composta de diferentes agentes políticos, de diferentes setores sociais – profissionais liberais, trabalhadores do campo, trabalhadores urbanos. Nesse contexto o Partido apresenta mudanças de pensamento político na população tanto que há, com a eleição de José Arsênio para prefeito em 1962, pelo PTB, situação agravante, sob o

ponto de vista de que essas eleições abalaram o *status quo* do “coronelismo” local. Percebe-se que o PTB é interpretado em alinhamento com espectro de *esquerda* da época, por seu projeto de poder representar horizontes de rupturas e ameaças à classe dominante.

Como principal impacto do nacional desenvolvimentismo no Triângulo Mineiro se apresenta no ajuste das relações de trabalho e produção. Tal impacto principia com a política de Getúlio Vargas para industrialização, nos anos 1930, porém os índices de população do campo ainda consistiam a mais densa. No decorrer da década de 1950 observa-se um aumento de anúncios de produtos importados – principalmente maquinário e insumos agrícolas e automóveis. A população ainda permanecia no campo, porém havia agora um estímulo à industrialização de todos os setores, inclusive o agrário. Argumenta-se que, partindo do pressuposto que em todas as viradas dessas décadas a população do campo ainda era a mais numerosa, demonstra-se por sua vez que há uma industrialização dos modos de produção, ou seja, uma industrialização da agricultura⁸.

Essa mudança dos modos de produção agrária e seu paralelismo às políticas nacional-desenvolvimentistas são visualizadas sob a expressão do “Plano de Metas”, proposta do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que buscava em um de seus pontos, alavancar largamente a produção agrária no país. Na sessão de *Alimentação*, o Plano prevê que se dobre a produção de cereais e também que haja construções de armazenamento e demais estruturas para produção de excedente. Nessa lógica, o setor de agricultura de subsistência sofre a pressão do capital e os trabalhadores urbanos são inseridos em um germe do processo fabril (máquinas de beneficiamento de arroz, fábricas de manteiga e matadouros). O Triângulo Mineiro se torna uma região atrativa para investimento capitalista e consequentemente gera cenário para mobilização de células de resistência e luta social: nesse contexto de crise para o setor de subsistência e rearranjo das dinâmicas sociais urbanas, se originam novas organizações e agentes políticos (sindicatos, partidos e dirigentes políticos).

Entre os agentes políticos liberais da época é presente um discurso de *progresso* – com a forte marca do ideário de Estado populista e nacionalista, que prioriza a harmonia entre classes e acredita que este período, a década de 1950, será de desenvolvimento que trará as *ondas boas* para essa tão objetivada harmonia social. Essa onda positiva é referida no âmbito de trazer movimentação de mão-de-obra para esses lugares que passam por industrialização. Investigando a realidade local de Ituiutaba Barbosa aponta que:

surge no seio das elites municipais um recorrente discurso, legitimado principalmente na revista Acaiaca (1953), onde se caracteriza Ituiutaba como

⁸ A população de 1930 a 1960 demonstra que mais de cinquenta por cento de todos recenseados em território nacional moravam no campo, e no caso mineiro era predominante concentrações urbanas que não passavam de mil habitantes. Ver IBGE, **Estatísticas do Século XX**.

Os periódicos eram o principal meio de veiculação da publicidade e fornecem um acervo pertinente de anúncios para se perceber as modificações da indústria e bens de produção nacionais. Ver **Folha de Ituiutaba** Bi-semanário dedicado aos interesses da região.

a “cidade do futuro” como a “capital do arroz” e como uma cidade que se encaminhava para um tempo pruriginoso seja no campo econômico, social ou cultural. (BARBOSA, 2015, p. 36)

O município de Ituiutaba sofria uma vertiginosa influência de um discurso liberal, que se pautava em desenhar o local como uma “cidade do futuro”. Esse discurso liberal é notado nos veículos de comunicação, em que Barbosa (2015) indica a revista Acaiaca (1953), como produto legitimador da aceleração da economia regional, descrevendo a cidade como a “capital do arroz”.

Nesta mesma revista, Ituiutaba é caracterizada como uma cidade sem conflitos, ambiente ideal para o sucesso daqueles que realmente se esforçassem, onde o discurso liberal aliado a um ambiente de trabalho conservador e religioso davam à cidade um tom idílico. (BARBOSA, 2015, p. 36)

Esse discurso liberal representava a classe dominante que detinha poder sobre o discurso político hegemônico da época, pois patrocinava meios de comunicação, utilizando-se da manipulação de discurso. A classe dominante visualizada nas famílias com grandes posses por tal poder econômico, detinha a maioria dos modos de produção agrícola e capital de giro para investimento em tecnologia e industrialização. A virada econômica produzida por essa mudança da estrutura produtiva produz intensificação da dependência e pobreza para as classes trabalhadoras, ao passo que atrofia seus modos de produção, minimiza seu poder de venda e trocas nas relações econômicas locais e multiplica a exploração. Neste contexto, ao termos para análise regional, percebemos que se ampliam as formas de ação orientadas pelo espectro de *esquerda*, partindo do pressuposto de que há um maior delineamento de classe trabalhadora em contraste com os setores liberais e clientelistas.

Seguindo a análise das transformações estruturais na sociedade política local é pertinente conceber que havia uma corrente de modificações, não restrita às simpatias ao espectro de *esquerda*, mas também dos setores conservadores e clientelistas que iam modificando-se no que diz respeito a posicionamentos, lugares e setores políticos da sociedade, ou seja, a complexificação da mesma. Contudo, há de se perceber as rupturas e continuidades. Barbosa (2015) reforça essa leitura ao apontar que “os velhos coronéis se metamorfoseavam em empreendedores, doutores, industriais etc [...], porém esta metamorfose não eliminava velhos vícios clientelistas que pautaram toda história republicana brasileira.” (BARBOSA, 2015, p. 37) As cidades do Triângulo Mineiro de modo majoritário sofreram essas mudanças estruturais na economia e também o incentivo à industrialização.

Há um aumento de trabalhadores, que por sua vez são colocados em situações de trabalho adversas: com a industrialização acelerada da região há um incentivo publicitário e econômico para migração de nordestinos para a região, acarretando lutas e resistências diante

do preconceito e da exploração – chegando à escravização dessa população⁹. A concentração de terras em posses de poucas famílias levam trabalhadores rurais da região a se deslocarem para os centros urbanos. Trabalhadores camponeses que ficam no perímetro rural tentam lutar e resistir ao “coronelismo” e latifúndio, contudo há pouca organização de base e sistematização da luta em criar estratégias de resistência. Há a herança das lutas camponesas, iniciadas na região em meados de 1940, época que segundo Barbosa (2015)

... o PCB deixa de lado uma visão amplamente iluminista e vanguardista com relação aos camponeses, e passa de fato a dar uma atenção real que busque, através de uma assimilação de suas demandas, atraí-los para o partido. Assim pela primeira vez os ideólogos do PCB de fato ouvem e dão um protagonismo discursivo às demandas desses trabalhadores rurais, é nesse contexto que as ligas camponesas passam a ser estruturadas no Triângulo Mineiro. (BARBOSA, 2015, p. 42).

É nesse contexto que se percebe a movimentação para a formação de sindicatos organizados para a luta camponesa na região. Esse trabalho de incentivar a organização de sindicatos é estendido por toda década de 1950, realizado por agentes políticos consolidados em organizações políticas, como é o caso de Elson Costa, que inicia sua militância em Uberlândia e passa por várias cidades do Triângulo Mineiro¹⁰.

Em Ituiutaba agentes pertencentes ao setor liberal clamavam com vigor, em impressos periódicos, pela liberdade de pensamento e exercício político. Pessoas eruditas, que detinham capital cultural para formar a opinião pública, compunham o cenário local sob um discurso nacionalista e ‘humanista’, veiculado pelos periódicos impressos a que estavam na direção editorial. Ercílio Domingues Silva, perseguido pelo D.O.P.S em 1964, diretor do periódico local “Folha de Ituiutaba”, em entrevista detalha sua prisão, dizendo que:

... eu dirigí aquele jornal “Folha de Ituiutaba”, durante longos anos, ou seja, até 1964, quando o jornal foi interrompido pelo golpe militar daquele ano, tendo sido o jornal interdito, dado à sua orientação independente. Então o jornal foi taxado de subversivo, exatamente por criticar, e anunciar que o golpe estava sendo perpetrado, isto é, estava sendo tramado nos bastidores da vida pública do país [...] nessa perseguição, fomos presos, fomos porque não fui só eu, o redator também foi preso e processado por crime político, processo esse que andou de “seca e meca”, foi parar até no Supremo, de lá retornando dois anos depois com o parecer do Sr. Desembargador, cujo nome eu não me recordo, sugerindo o arquivamento do processo por falta de fundamento (Entrevista com o Sr. Ercílio Domingues Silva, realizada por Dalva Maria de Oliveira Silva em Ituiutaba a 26 de setembro de 1995)

⁹ SILVA (1997) detalha em seu trabalho os contrastes sociais e as relações de trabalho entre a população de Ituiutaba e os migrantes nordestinos. O comportamento arreado e dominante dos mineiros significou uma temporada de aumento da violência e o desenvolvimento de um preconceito em relação à população nordestina, que se arrasta até os dias atuais. O contra discurso e a resistência dos nordestinos os inclui nessa onda de movimentos de *esquerda*, pois muitos desses trabalhadores, que se concentrava na zona rural, se sindicalizaram e ingressaram na luta política institucional.

¹⁰ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/elson-costa>

Todos esses agentes políticos são homogeneizados pelo D.O.P.S. como “elementos subversivos”, chegando inclusive ao diretor e redator do caso supracitado, intimados a prestar depoimentos e as edições dos jornais terem sido levados para apreciação do D.O.P.S. em Belo Horizonte em 1964. Contudo, havia investigações em torno do jornal desde a década de 1950 conforme comunicado remetido pela Delegacia Regional destinado ao D.O.P.S. em 1954, há a acusação de “propaganda comunista” feita pelo jornal¹¹. Observa-se a situação de humilhação pública a que esses intelectuais foram submetidos e a deslegitimação de seu discurso, funcionando para o fortalecimento de setores conservadores locais. Esse evento é demonstrativo para se perceber como existe um aparelho repressor do Estado - herança do Estado Novo derivado da retórica populista – que é apropriado para manutenção das relações de mando locais.

Na categorização de agentes subversivos feita pelo D.O.P.S. há um nivelamento de diferentes setores políticos. Há o despertar para compreensão que os aparelhos de coerção social controlados pelo Estado, nesse caso o D.O.P.S., funcionam em diálogo com a ideologia desse Estado e as articulações para efetivação de projetos de poder da instituição em detrimento de outros, que por vezes são expressões da base popular. É latente na elaboração dos mecanismos repressores o estabelecimento de um “inimigo em comum”, que em várias vezes se faz pela ocasião específica do meio, ao percebermos que um amplo espectro político, para além da *esquerda*, também foi investigado e perseguido pelo D.O.P.S.¹². Assim sendo, compreende-se que deve ser observado com muito cuidado os julgamentos e leituras do D.O.P.S. diante a situação política da época, sempre com a atenção para as situações estudadas e suas particularidades.

Em se tratando do contexto local é percebido todo um arranjo repressor que transcende os órgãos do Estado, mas que seguem movimentos de característica local e regional. Por exemplo, em investigações empreendidas pelo D.O.P.S. na cidade de Ituiutaba, lê-se que a subversão é julgada a critério da Delegacia Regional, que atende a pedidos de investigação da central do Departamento, que ficava em Belo Horizonte, porém também dedicava ao entrave de assuntos locais, de acordo com as categorias específicas do cenário. Ou seja, em um meio “coronelistas” em que se tem a leitura de uma política com base na lei do mais forte, as oposições a esse ajuste dominante recebem a perseguição vinda dos aparelhos do Estado, ou

¹¹ Comunicado interno tendo como anexo o recorte da manchete “Grave ameaça á liberdade de pensamento” “Folha de Ituiutaba” número 657, Ituiutaba, 10 de Abril de 1954, **Pasta 4694**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

¹² A **pasta 4684**, que arquiva as investigações de supostas ações comunistas em Ituiutaba no intervalo de 1937 a 1959 é uma evidência dessa ampliação do que era concebido como “subversão” pelo D.O.P.S. Essa evidência é percebida por meio de ações arbitrárias praticadas pela Delegacia Regional assim como uma *forja de evidências*, ao se perceber que os fornecedores das informações que legitimaram a perseguição aos agentes locais ditos “subversivos” provinham de setores políticos de alinhamento conservador, que estavam no entrave político local da época.

seja, a “subversão” referida localmente diz respeito a uma expressão da oposição de diferentes matrizes políticas diante o ajuste “coronelistas”. Tanto que esse movimento é percebido em diferentes setores, nos profissionais liberais, nos pequenos proprietários de terras, na comunidade intelectual local. Para o D.O.P.S., que legitimava a interpretação da Delegacia Regional, todos esses agentes se encaixavam na “subversão”.

Barbosa (2015) se refere, em seu trabalho, sobre um panfleto apreendido em Capinópolis, descrito como propaganda comunista, tratava-se da narrativa de um agricultor que desenvolve consciência de classe e lidera uma revolta de colonos, ou seja, um panfleto que incitava a revolução, se intitulava “A história do “seu” Belarmino o camponês que encontrou o caminho da libertação”¹³. Capinópolis nos anos 1950 ainda era um distrito, pertencente ao município de Ituiutaba. O panfleto foi apreendido com um dos membros da liga camponesa. Desde essa época, início da década de 1950, há espionagem e repressão às células comunistas e tais práticas usufruem de privilégios próprios do cenário local e regional: setores conservadores ligados ao “coronelismo” catalizavam as atividades de perseguição por meio de denúncias a rivais políticos, financiamento e aparelhamento desses setores ao Estado e órgãos de repressão. A imprensa conservadora *demonizava* o comunismo e concebia os camponeses como seres passivos de doutrinação, o que sintetizava seu ponto de vista sobre as ligas camponesas.

Houve eliminação de agentes comunistas na região - em 1952 prenderam, em Capinópolis, Jader Rodrigues Marciano sob acusações de subversão e panfletagem comunista¹⁴. Essa propaganda comunista rodou também na cidade de Ituiutaba e foi alvo de extensas investigações da Delegacia Regional e Delegacia Especial. Nas correspondências policiais há a confirmação da prisão de Jader e de material comunista “bolchevique”. A principal evidência para prisão foi a apreensão de uma cédula monetária estampando uma foice e martelo, que seria passada para circulação no mercado local. Jader estava em uma reunião que ocorreu na zona rural de Capinópolis, que se tratava de demandas locais da

¹³ “A publicação busca mostrar a situação precária vivida pelo pequeno produtor rural fictício “seu” Belarmino, que passava por dificuldades financeiras para saldar a dívida feita com a compra de seu sítio, possuía dificuldades para conseguir financiamentos por parte dos bancos e sofrera prejuízos quando seguiu a orientação do governo Vargas para plantar determinadas culturas, que no momento da venda estavam com preços baixos. Belarmino acaba perdendo sua propriedade e se torna arrendatário, passando a plantar algodão e vender sua produção a uma beneficiadora na cidade, por fim diante dos prejuízos o arrendatário acaba sendo expulso de terra arrendada onde plantava algodão, que é substituída por uma pastagem. Belarmino indo trabalhar com sua família em uma fazenda de café como colono, onde diante da precariedade de assistências básicas e em um regime de trabalho semiescravo, inicia uma revolta de colonos. [...] A publicação também estrutura seu discurso na construção maniqueísta de um operário trabalhador, bondoso, pacato, faminto e explorado em oposição ao “Tatuira” explorador, robusto e bonachão.” (BARBOSA, 2015, p. 42)

¹⁴ As informações foram retiradas dos relatórios e comunicados internos feitos entre D.O.P.S e Delegacia Regional de Ituiutaba: “Remetente: Delegacia Regional (Ituiutaba) Destinatário: D.O.P.S (Belo Horizonte) *Boletim bolchevista mandado distribuir na cidade*, Ituiutaba, 25 de Julho de 1952”; “*Providências tomadas [...] Prisão de Jader Rodrigues Marciano*” **Pasta 4694**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

fazenda – construção de uma escola e angariação de recursos e votos para o PCB. Essa reunião foi estourada por ação da polícia, que não encontrou armas, mas encontrou material de propaganda comunista. Não há outras evidências acumuladas no caso de Jader, e não há maiores registros de sua ação na cidade.

Essas operações arbitrárias feitas pela Polícia Política na região são comemoradas pelos conservadores que, em seus meios representativos de mídia impressa, deixa evidente no artigo “Cresce no vale do Paranaíba a infiltração vermelha” o gozo sentido com a presença das operações policiais de investigação e apreensão de pessoas e materiais comunistas. A matéria comenta a prisão de Jader Rodrigues Marciano declarando que “O delegado regional de Ituiutaba desarticula uma célula comunista”, anexando à notícia a reprodução da cédula monetária estampando a foice e o martelo. O autor apresenta o evento como “significativo” diante a vida pacata da cidade e região, agora invadida pelos “asseclas moscovitas”, que se empenham na “sublevação dos trabalhadores do campo” que são manipulados pela ideologia comunista e seguem “cegamente os agentes da desordem”¹⁵.

As considerações e reflexões políticas da matéria, escrita por Petrônio Rodrigues Chaves¹⁶, se apresentam para ilustrar o imaginário político da época, mas também perceber as ações insurgentes acontecidas no período. Fruto de investigação e produzido em três páginas do jornal uberlandense “O diário”, o artigo se desdobra para elaborar um ensaio sobre o comunismo na região. O artigo descreve o caso da prisão de Jader e também o ocorrido no mesmo dia e local, a prisão e interrogação de um líder da União de Trabalhadores Camponeses: Honorato Vieira da Cunha. Uberlândia é representada por Petrônio como o foco de instauração do caos comunista, visto ser uma cidade que tinha dois vereadores do PCB na Câmara Municipal em 1952, e que, segundo o autor, o comunismo significava ameaça à “tranquilidade da população uberlandense, de índole democrática e, na sua maioria impregnada de sadios ideais cristãos”.

Porém há a garantia de que esses ideais de *tranquilidade* e *cristandade* serão conservados, graças à própria polícia política que, se apropriando desses elementos para ideologia de Estado, combate vorazmente as experiências de organização autônoma e popular. O artigo clama e legitima a chamada *harmonia social* e o combate a tudo que possa ameaçá-la, que por consequência leva à perseguição dos discursos que pautam a *luta de classes*.

¹⁵ Jornal “O Diário”, 22 de fevereiro de 1953 (Reportagem de Petrônio Rodrigues Chaves) **Pasta 4694**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

¹⁶ Personagem conhecido no município de Ituiutaba e região, Petrônio Rodrigues Chaves era natural de Campina Verde (MG). Tinha formação em medicina e direito, estudou no período de 1928 a 1933 na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, Rio de Janeiro e também no Instituto Católico de Estudos Superiores, onde teve como professores Tristão de Athayde e Sobral Pinto. É autor da obra memorialista “A loja do Osório” que narra, sob ponto de vista particular, a história de Ituiutaba. Foi integralista e aparece nas pastas investigativas do D.O.P.S mineiro por sua atividade nesse movimento nacional de identificações com o fascismo italiano. **Pasta 2617**, outubro 1937 - fevereiro 1939.

Petrônio Chaves afirma em seu artigo que “reinvidicações trabalhistas”, que surgem no campesinato e na população operária urbana, são pretexto para “introdução de métodos subversivos”.

Quando se refere a Ituiutaba, o médico comenta que o município “povoado por uma massa de trabalhadores assalariados, emigrados do nordeste e de outras zonas sem característica de fixação”, consiste em um “magnífico fermento para agitação dos agentes vermelhos”¹⁷. Nesse discurso é destacada a condição subalternizada do trabalhador migrante, e tal condição é utilizada como tendência para subversão. O ato taxado “subversivo” por Petrônio Chaves consistiu na reunião de 500 pessoas na fazenda “Poço”, que tinham levantado como pauta reivindicatória principal a construção de uma escola nas terras da fazenda e a reza de um terço para São Sebastião¹⁸, mas tal reunião foi cercada pela polícia e houve as prisões. O terço em questão não é visto pelos conservadores como uma manifestação cristã *genuína*, mas fruto da “igreja brasileira”, que era território de subversão.¹⁹

A luta campesina era vista pelos conservadores como produto de subversão que deveria ser combatida sistematicamente. Tal subversão acontecia em decorrência de má-fé e espírito caótico vindo dos agentes comunistas. Entretanto, a *esquerda* e demais setores políticos favoráveis à reforma agrária – a instituição liberal que mais sustentava e nacionalmente representava a defesa da reforma agrária era o ISEB -, propunham seus projetos de poder com base em dados concretos, que comprovavam a tamanha desigualdade social entre os trabalhadores do campo e da cidade nesse contexto de industrialismo acelerado.

Pensando nos dados de Ituiutaba, a população total do município em 1952 era de 43.127 habitantes²⁰, ao passo que a população que vivia na cidade - perímetro urbano – se reduzia a 8.002 habitantes²¹. O que é evidenciado por esses dados é que a área rural era disputada espacialmente e sua voz política era habitada pela grande maioria de trabalhadores fixados no município, e a desigualdade dessa distribuição de latifúndios é comprovada na degradação que o setor conservador – que representava os latifundiários - forja da imagem dessa maioria de trabalhadores: eram “migrantes nordestinos”, “vermelhos”, “subversivos” e “ameaças à tranquilidade da população”.

As manifestações de luta e resistências nos anos 1950 são vistas com um receio e amedrontamento cada vez maior pelas classes dominantes. Um evento que insere impacto

¹⁷ Jornal “O Diário”, 22 de fevereiro de 1953 (Reportagem de Petrônio Rodrigues Chaves) **Pasta 4694**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

¹⁸ Havia uma investigação prévia, empreendida pela Delegacia Regional por ordem do D.O.P.S de Belo Horizonte. No dia da abordagem e apreensão dos materiais e agentes políticos, a política já havia feito um adensado estudo sobre o que seria tratado nessa reunião. **Pasta 4694**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

¹⁹ Jornal “O Diário”, 22 de fevereiro de 1953 (Reportagem de Petrônio Rodrigues Chaves)

²⁰ SOUZA, 2010, p. 527 *apud* FRANCO, 2014, p. 69

²¹ **Anuário estatístico do Brasil 1952**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1953.

nacional, que demonstra as possibilidades de ruptura social por vias do campesinato, são as iniciativas de protesto e as formas de pressão dos *foreiros do Engenho da Galiléia*, em Pernambuco²², sob formato das Ligas Camponesas serviam de inspiração para trabalhadores agrícolas da Paraíba, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais empunharem uma ideologia de mudança radical, se empoderar e lutar para a efetivação da reforma agrária. Nesse contexto de batalhas ideológicas e políticas no território rural a reforma agrária se torna um horizonte próximo e aumenta a população engajada na luta.

Em 1945 é fundado o *Comitê de Zona (Regional)* do PCB na cidade de Uberlândia, que já tinha seu Comitê Municipal atuante tanto na cidade quanto no campo, ampliando para instalação de novos comitês em cidades do Triângulo Mineiro e Goiás. Silva (2000) caracteriza a cidade de Uberlândia sob leitura e perspectiva do comunismo e anticomunismo: os primeiros representados pelos dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que fundam o jornal “A Classe Operária” e mobilizam greves em diferentes setores do capital, criação de sindicatos e ações de greve; ao passo que os conservadores detêm um discurso inflamado que utiliza uma base discursiva cristã, e que ilustram os comunistas como disseminadores do ódio, desgraça e danação. Vemos no PCB um posicionamento mais explícito dos ideais de justiça social e combate ao capitalismo, que na região há articulações com outros partidos e organizações incluídas no espectro de *esquerda*. Ainda sobre o PCB em Uberlândia, Silva (2000) refere-se ao ano de 1945 como “marcado pela mobilização dos comunistas em defesa da democratização do país e pelas campanhas pelo sufrágio dos candidatos comunistas de Uberlândia no pleito eleitoral.” (SILVA, 2000, p. 21)

O anticomunismo vindo dos setores conservadores da cidade parte de um pressuposto que tem como base a retórica populista, que também é presente em alguns elementos do caso de Ituiutaba: o objetivo de *harmonia social* e o comunismo representado como principal ameaça a esse alvo, por pautarem a luta de classes e causar um “caos social”. Idalice Silva diz que agentes dirigentes idealizaram a cidade de Uberlândia sob valores “morais, políticos e culturais” aparentando-a propositalmente como “ordeira”, “pacífica”, “civilizada”, “laboriosa” e “progressista” (SILVA, 2000, p. 17). A cidade de Uberlândia foi construída por um imaginário de lugar perfeito, uma ilustração de cidade ideal, ícone do progresso harmonioso, produto do pensamento populista e nacional desenvolvimentista.

²² Tal movimento ficaria conhecido pelo nome de Ligas Camponesas, tendo o advogado e deputado pernambucano Francisco Julião como seu maior expoente, o qual teria sido também o maior responsável pela radicalização das Ligas a partir do início da década de 1960, simbolizada pelos dizeres “Reforma Agrária na Lei ou na marra!” – termo pelo qual os membros do movimento revelavam a sua disposição ao uso da força, isto é, o emprego das armas de modo a verem atendidas suas reivindicações se fosse preciso. Suas ações e falas (notadamente as de Julião) teriam exercido um grande fascínio em largas camadas não só dos trabalhadores rurais como também da intelectualidade urbana de esquerda. Não á toa, uma das primeiras iniciativas dos militares logo após o Golpe de 1964, foi justamente fechar as Ligas Camponesas e perseguir tenazmente os seus principais líderes. (SANTOS, 2005, p. 78)

Porém, a cidade contém contradições que mobilizaram lutas sociais, algumas organizadas outras não, envolvendo entidades de classe, sindicatos, organizações comunistas.

Silva (2000) ao analisar a ação comunista em Uberlândia, concentra sua análise para responder se os comunistas existiram de fato ou se resumiram a *mitos*, “paixão anticomunista” declamada pelas elites dirigentes ou perseguição exarcebada da polícia. Para composição desses agentes históricos a autora sustenta a tese de que “os comunistas existiram nessa cidade, sob orientações ideológicas e políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que foi fundado no Rio de Janeiro em março de 1922”. Há possibilidades de investigação do contexto indicadas pela autora em investigar os aspectos do comunismo na “contraface do anticomunismo, corporificado tanto nos discursos da imprensa, quanto nos “dizeres” e “fazer” das instituições sociais [...] que estiveram no encalço dos vermelhos, durante o percurso, legal, ilegal, clandestino e semi clandestino do Partido Comunista” (SILVA, 2000, p. 20)

O Partido Comunista Brasileiro viveu na ilegalidade no período varguista, assim sendo o estudo de suas expressões políticas no país é estabelecido pelo recorte que se inicia na segunda metade dos anos 1940. O ano que o Partido sai da ilegalidade é 1945, ano de fundação do Comitê Municipal em Uberlândia, que dá início aos trabalhos comunistas na esfera política institucional da cidade e na região por meio de difusão da agenda política. No ano de 1946, em meio às discussões entorno da Assembléia Nacional Constituinte, Silva (2000) atesta que houve desenvolvimento de diversas ações comunistas na cidade e “principalmente no campo, onde organizaram cinco ligas camponesas que, conforme os militantes Aulio Mendez Diniz e Joaquim Ferreira, teriam sido as primeiras do Brasil.” (SILVA, 2000, p. 20)

Neste momento o PCB adquire uma maior consolidação tendo o campo como espaço para dinâmica de lutas sociais. Desde 1945 formou-se dentro do Partido uma Comissão Agrária para estudar a fundo a realidade latifundiária do interior do Brasil, tendo dirigentes específicos para tratar da pesquisa em Minas Gerais. Isso nos proporciona perceber os níveis de impacto social que um partido sob bases anticapitalistas pode atingir: o trabalho de base entre trabalhadores urbanos e o encaminhamento para formação de sindicatos, a expansão de Comitês municipais do Partido, comissões internas para enfoque nas diferentes esferas do trabalho. Barbosa (2015) apresenta que, em suma, o resultado das pesquisas feitas pela Comissão Agrária do PCB concluíram que a organização de base daria ênfase nos grupos não assalariados de trabalhadores do campo, que

“nos mostra como estas camadas não assalariadas demandavam melhorias trabalhistas, e, sobretudo através das produções fomentadas pelo PCB e pelas ligas camponesas, podemos perceber com a devida vênia, o que estes

trabalhadores queriam e como as relações sociais onde tais grupos estavam inseridos eram críticas.” (BARBOSA, 2015, p. 43)

O PCB ganha visibilidade na política institucional por meio do crescimento da ação política, devido principalmente aos trabalhos de base e recrutamento. Contudo, em 1947 o PCB entra em outra crise parlamentar, sob “período de cassação dos registros [...] dos seus parlamentares estaduais e federais” (SILVA, 2000, p. 22). As Câmaras Municipais, junto das ligas camponesas, eram os espaços de grande significação para atuação dos comunistas na região, mesmo diante a ilegalidade da época.

Com a ilegalidade, houve ostensiva operação policial para minar as ações comunistas. No dia 12 de maio de 1947, o Comitê Municipal de Ituiutaba foi invadido por forças policiais e todos seus materiais de formação e propaganda política foram apreendidos, segundo comunicado oficial reportado pelo Delegado Regional ao Delegado Especial do D.O.P.S., relata, sistematicamente, ao seu superior, ter tomado “prontas providências” no sentido de dar “cabal desempenho” ao que lhe fora ordenado por hierarquia maior. Ou seja, já era presente nas dinâmicas institucionais o aparato repressor, faltavam-lhes as “ordens” para que atacasse, desapropriasse e perseguisse setores “ameaçadores”, levando à perda de direitos políticos que culminaram com cassação dos registros do PCB. Sabe-se que os chefes do Comitê local eram Mário de Araújo Goulart e Guilherme Silva, porém não foram encontradas fontes que detalhassem informações a respeito destes agentes políticos.

A legalidade do PCB foi reconstituída entre 1947 e 1950, em Uberlândia se deu sob “atuação dos *Vereadores de Prestes* na Câmara Municipal e recompostos seus discursos e seus projetos de administração do município” (SILVA, 2000, p. 22). Essa legalidade reconstituída no fim dos anos 1940 produziu um período de fortalecimento do PCB na entrada da década de 1950. O *Manifesto de Agosto* repercutiu vorazmente na voz e luta dos comunistas da região, concretizando em eleições de candidatos pelo PCB em Uberlândia. O período que vai até 1954 é de forte mobilização e ação dos comunistas, porém são tempos entremeados de acirramento da perseguição policial e do discurso do anticomunismo.

Em 1950 é eleito Roberto Margonari para compor o quadro de vereadores uberlandenses a legislarem até 1955. Margonari constitui um agente histórico de suma importância para entendimento das movimentações comunistas no Triângulo Mineiro, pois lidera mobilizações e difusão de comitês municipais objetivados para o máximo de alcance territorial da região do Triângulo Mineiro, inclusive chegando a Goiás. O vereador está em destaque na investigação empreendida pela Delegacia Regional de Ituiutaba, investigação que culmina na prisão de Jader Rodrigues Marciano e Honorato Vieira da Cunha, narrados anteriormente. Roberto Margonari estava na reunião da “União de Trabalhadores Camponeses”, na fazenda “Poço”, distrito de Capinópolis, em 1952: tendo estado ali para

trabalho de base com aqueles quinhentos camponeses, que em condições paupérrimas de trabalho e vida, reivindicavam uma escola.²³

Outro comunista desse período, que também atuou no trabalho de base entre camponeses, foi Joaquim Ferreira – que foi presidente da Liga Camponesa de Sobradinho, Distrito Federal²⁴, tinha o centro de suas ações em Uberlândia e também mobilizou setores políticos imersos na cidade de Ituiutaba: Joaquim Ferreira fez rodar na cidade uma lista de assinaturas que tinha como argumento principal protestos de fundamentação comunista. Isso provocou agitação local, pois envolveu políticos e profissionais liberais influentes do cenário local, que adotavam bandeiras conservadoras. Como exemplo temos Omar de Oliveira Diniz, político conservador local, filiado ao Partido Republicano – PR, que achou plausível a mobilização da lista e assinou-a. Por essa ação o político foi investigado com cuidado pelos agentes da Delegacia Regional, indo além e seu caso sendo informado à Delegacia Especial do D.O.P.S. com sede em Belo Horizonte²⁵.

A polícia acompanhava com cautela os movimentos de partidários, simpatizantes e até mesmo daqueles que eram tolerantes em relação ao comunismo. Nesse ínterim o Partido, até 1954, cumpriu serviços notáveis de ampliação do campo político de disputa, mobilizando o campesinato para luta e igualdade social, abalando as estruturas “coronelistas” por via autônoma e institucional, difundindo um pensamento emancipador na classe trabalhadora. Silva (2000) afirma que no ano de 1955 há um declínio no processo de atuação do PCB em Uberlândia, decorrente do “sectarismo” de suas diretrizes políticas. E, pensando na cidade de Uberlândia como centro da ação política comunista, tal declínio político é refletido também em âmbito regional no Triângulo Mineiro.

Na luta contínua dos comunistas pela democracia social são empreendidos estudos aprofundados da economia regional pela Comissão Agrária, levando à complexibilização do espaço do campo e até mesmo da indústria nessa dinâmica geopolítica. Essa evidência apresentada pelas pesquisas mobiliza a atuação do PCB, que escala dirigentes para atuação política no Triângulo Mineiro, em busca de organização dos plurais setores trabalhistas do campo – parceiros²⁶, meeiros, pequenos agricultores -, trabalhando em formação de comitês

²³ “Pronta Informações” **Pasta 4684**, Ituiutaba, 7 de Agosto de 1952.

²⁴ Há extensos registros – que consistem em investigações empreendidas pelo D.O.P.S - sobre a passagem de Joaquim Ferreira em cidades do Triângulo Mineiro: confirmada a presença em Ituiutaba, Frutal, Uberlândia etc e ainda há mais pastas de investigação que podem aprofundar a trajetória desse agente político, mas não vem ao caso para este trabalho. “Apuração de atividades subversivas registradas no município de Frutal, em Minas Gerais” **Pasta 0006**, 31 de Abril de 1964

²⁵ “Responde rádio: pesquisa sobre agentes políticos locais” **Pasta 4684**, 31 de Abril de 1950.

²⁶ Sobre parceria, cabe citar Barbosa (2015), que delineia o perfil de trabalhador rural na época. O autor apresenta a leitura enfocada em Ituiutaba, MG, afirmando que “a cultura do arroz se organizava em sua maioria através do sistema de parceria, onde grande parte dos produtores rurais não eram proprietários da terra na qual cultivavam.” O sistema de parceria compreendia mais de 80% das relações de trabalho na produção de arroz (YOKOMIZO, 1967 *apud* MATEUS, 2013 *apud* BARBOSA, 2015, p. 45)

municipais, mapeamento estratégico das cidades e difusão da luta social. O campesinato é interpretado por esses comunistas como a massa de trabalhadores que possibilita a insurgência aos “senhores feudais”.

Em meio a essa gama de expressões políticas é que se apresenta o agente histórico Elson Costa (1913-1975), que será tema do segundo capítulo. Jornalista, nascido na cidade de Prata (MG), iniciou sua vida política no Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde liderou um movimento de greve entre caminhoneiros em Uberlândia, MG. Nessa cidade trabalhou na divulgação do jornal "A Classe Operária". Foi membro do comitê central e atuou em Belo Horizonte (MG), Niterói (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MT), Recife (PE), Curitiba (PR) e, finalmente, em São Paulo (SP).²⁷

Elson Costa foi dirigente do partido e atuou na região como um intérprete das relações de produção e mobilizando a criação de sindicatos e o recrutamento de pessoas para o PCB. Em 1975, já em clandestinidade, Elson Costa morava em São Paulo (SP) e foi preso pelos militares por ordem do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que já o espionava desde o Estado Novo. Torturado e morto teve pertences e anotações apreendidos e arquivados. Listas de nomes, convocatórias, análises profundas sobre a teoria e *práxis* revolucionária, mineira e nacional, foram apreendidos pelo D.O.P.S, em suma, informações sobre a organização do PCB e propaganda comunista. Esse material apreendido, que hoje se encontra no acervo do Arquivo Público Mineiro é extremamente rico para ouvirmos a versão de um agente político comunista que passou em Ituiutaba (MG) e quais leituras de *esquerda* o cenário regional propiciou para esse intérprete político.

Figueiredo (2017) dialoga com autores sobre a historiografia política dos anos 1980 e sintetiza a tese da época, que coloca o PCB em pouco grau de importância diante da política nacional, apresentando sua atuação como predominante na esfera institucional e pouco ativa na formação política das massas. A autora ainda diz que os cientistas que se encaixam nessa vertente de investigação, “sob aspectos diferentes de análise, acabaram por imputar à atuação do PCB um caráter ora eleitoreiro e manipulatório, ora desagregador tanto do movimento anarquista dos anos 20, quanto do movimento operário.” (SILVA, 2017, p. 23)

Tal constatação deriva das ciências políticas, que partem de uma análise do PCB atuando majoritariamente na política institucional, sendo principal representante dessa análise o cientista político Francisco Weffort (1980). Em contramão a esta perspectiva, Marco Aurélio Santana (2001) valoriza o papel dos indivíduos e o exame que esses fazem perante a complexidade sócio-política do contexto.

²⁷ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: <http://comissãodaverdade.al.sp.gov.br>

Figueiredo (2017) analisa as correspondências policiais do D.O.P.S mineiro e contribui para a historiografia do período quando, diante do debate historiográfico supracitado, tem a “concepção de que para compreender a dinâmica interna do PCB mineiro junto ao movimento operário é prioritário deslocar o eixo da estrutura para as relações” (FIGUEIREDO, 2017, p. 132). Em concordância com a autora, no próximo capítulo é realizado o exame do material apreendido de Elson Costa, que evidencia a ação do Partido Comunista Brasileiro e suas estratégias para estruturação de sindicatos na região, bem como contribuições teóricas para luta social da classe trabalhadora sob a ótica regional.

Capítulo II

Um comunista no Triângulo Mineiro: Elson Costa e os projetos sociais do PCB para o campo (1956-1961)

No momento o mais acertado no Brasil é a luta pela sua neutralidade. Criar no país uma mentalidade nesse sentido, realizar um trabalho de formação psicológica para a neutralidade, para uma posição indiferente. Nosso trabalho de propaganda tem feito com que a tal posição indiferente seja de fato ao lado da URSS. [...] O desenvolvimento dessa luta vai tornar mais complicada ainda a tática de apoio ao governo, que faz concessões ao imperialismo e simultaneamente luta contra o golpismo e apoia outros governos. Nesse sentido, se o governo não resistir à pressão imperialista de um lado, e do outro não se colocar favorável à solução nacional das tremendas contradições internas, a situação poderá ser modificada inteiramente contra ele. (Elson Costa, “Sobre o XX Congresso e as possibilidades para se implantar a revolução no Brasil”, 1956)

Num país de possibilidades imensas como o Brasil, a reforma agrária tem que ter por objetivo a formação de grandes unidades altamente produtivas, dotadas de assessoria técnica moderna, grandemente capitalizadas. No Brasil onde tudo é grande, a agricultura não pode ser pequena, não pode ser limitada nem em hectares, nem em extensão: tem que ser agricultura moderna, baseada em unidades de produção em tudo e por tudo compatíveis às grandes indústrias. No Brasil, pois, reforma agrária não pode ser divisão de terras, retalhamento de propriedades: tem que ser muito mais do que isso, tem que ser industrialização da agricultura. (trecho de carta lida e defendida pela bancada ruralista, em 1959. Apud Moreira, 1998, p. 356)

Elson Costa nasceu na cidade de Prata (MG) em 1912 e morreu em São Paulo no ano de 1975, após ser preso e torturado pelo regime da ditadura civil militar. Foi dirigente do Partido Comunista Brasileiro e atravessou diferentes conjunturas políticas (democráticas e ditatoriais), produzindo leituras políticas que são percebidas como fontes para compreensão da história e escrita da historiografia local e regional, bem como, conhecer e analisar os projetos de poder das *esquerdas* na experiência democrática de 1950 a 1964.

As pastas com os materiais apreendidos na posse de Elson Costa, anotações pessoais que apresentam a visualização da política local e regional sob o ponto de vista de um dirigente consolidado na teoria política comunista, nos conduzem para meandros nos quais podemos pausadamente ir navegando para um melhor detalhamento e compreensão do contexto político e social da época, com a percepção de que há uma história complexa e dotada de particularidades nas dinâmicas políticas regionais e locais, e que as mesmas fazem parte de um processo dialógico com os grandes centros de movimentação política. Além disso, as pastas também contêm material de formação política – livros, revistas, periódicos – e documentos relativos a plataformas de ação, com planos para organizações de trabalhadores. Portanto, as pastas referentes à atuação política de Elson Costa, cujo conteúdo é parcialmente

analisado neste capítulo, fornece pistas sobre as concepções e atuação de movimentos de *esquerda* na região recortada e, também contribuem, para o mapeamento de tantos outros agentes políticos que atuaram no período analisado neste trabalho.

Em 1956 aconteceu o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que são tomadas diretivas para o VI Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional da U.R.S.S., que por sua via conduz a um objetivo de intenso desenvolvimento com base na industrialização. O Congresso é impactado pelo informe do então primeiro secretário do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Khrushchev, o qual invoca os ideais marxistas-leninistas e tece uma crítica ao culto à personalidade de Joseph Stalin. Khrushchev apresenta um relatório sobre a intensificação da Guerra Fria e da necessidade do ascenso econômico da URSS para enfrentar a agressividade do capitalismo, representada pela nação dos Estados Unidos. Em síntese, o relatório conclamava a necessidade de fortalecimento da URSS e dos Comitês Centrais dos partidos comunistas. Centralizando um plano econômico tal fortalecimento se daria em bases industriais, havendo atenção para os ataques vindos das nações capitalistas e aguardar possibilidades de revoluções socialistas em países que viviam crises capitalistas²⁸.

Neste mesmo ano, toma posse no Brasil o presidente eleito Juscelino Kubitschek que inicia seu mandato sob a plataforma do Plano de Metas, que buscava uma gestão baseada no projeto nacional-desenvolvimentista, visando o aumento das estatísticas de produção de energia, comunicações, malha rodoviária, em suma, um processo avassalador de industrialização em território nacional. O Partido Comunista do Brasil (PCB) se encontra na ilegalidade, porém o partido é atuante na mobilização de construção de sindicatos e há políticos comunistas infiltrados em legendas partidárias que estão legalizadas²⁹. Elson Costa, militante do partido comunista, reflete em suas anotações que, para o desenvolvimento internacional contemporâneo, dever-se-ia conceber a militância para a luta pela estabilidade da política internacional, buscar “possibilidades de impedir as guerras”, atentar para a “coexistência” de dois sistemas, capitalista e socialista e para além do risco de conflitos entre

²⁸ Decisões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. In: **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política** nº 73 - Mar a Jun de 1956. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/re_v_prob/73/deciso.es.htm. Informe do camarada N. S. Kruschiov, (sic) Primeiro Secretário do C.C. do P. C. U. S. In: **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política** nº 73 - Mar-Jun de 1956. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/khrushchev/1956/congresso/index.htm>

²⁹ O Partido Comunista do Brasil vive a maior parte do século XX na ilegalidade - de 1947 a 1985. O processo de cancelamento do registro do partido e o estabelecimento de sua ilegalidade é relatado pelo Tribunal Superior Eleitoral sob argumento da organização partidária comunista ter uma plataforma internacionalista, caracterizada como antidemocrática. Cf. O cancelamento do PCB em 1947 na visão da Justiça Eleitoral. In: **Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais “Dinardo Reis”**. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=156:o-cancelamento-do-pcb-em-1947-na-visao-da-justica-eleitoral&catid=7:e-por-falar-em-pcb Atualizado em: 25/06/2016
Cf. Processo n. 411/412 Distrito Federal, **Cancelamento do Partido Comunista do Brasil**. In: BRASIL, TSE Relator: Juiz F. Sá Filho, sessão de 07/05/1947 Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>

esses dois sistemas, haviam latentes as situações políticas de confronto entre países do mesmo sistema, o capitalista. Com a Guerra Fria representando um contexto de conflito iminente, a postura de Elson Costa foi de releitura à teoria leninista da “inevitabilidade da guerra”, propondo teses sobre “evitabilidade da guerra”, evidenciando esse agente histórico como um comunista pacifista³⁰. Para Elson Costa, era latente a possibilidade de conflito entre potências e isso causaria impactos para o Brasil, pois “uma guerra entre eles [países do eixo capitalista] ficará só entre eles ou atingirá também o campo socialista? Creio que uma guerra entre grandes potências imperialistas arrastará, inevitavelmente, todo mundo.”³¹

Dada essa análise de conjuntura internacional, a possibilidade de guerra, que por sua vez era diagnosticada por Elson Costa como causadora da instabilidade e empecilho para ascensão do socialismo nacional e internacional, o comunista dá cabo a teorias que buscassem diálogo político entre nações, explorando a proposta e as possibilidades de uma revolução socialista em diferentes países. Em um estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o comunista busca assimilação ao capitalismo brasileiro ao refletir que “o desenvolvimento da economia mercantil se dá com o crescimento da separação, cada vez maior, de parte da população industrial, à custa da população agrícola”³².

Elson Costa tinha a constatação de que as populações que viviam no campo sustentavam a industrialização dos países e que uma plataforma que trabalhasse em prol da indústria, renegava o campo. Na realidade brasileira, da segunda metade dos anos 1950, grande parte da população vivia no campo e em sua maior parte não eram possuidores da terra. A questão para o dirigente comunista estava posta: como mobilizar uma revolução socialista no Brasil, promover a justiça social e a ascensão da classe trabalhadora no poder tendo como cenário político e social uma sociedade brasileira fundada nos moldes oligárquicos? Além disso, como dialogar com o projeto de poder internacionalista centralizado pela plataforma industrialista sovieta? A base da resposta está no estudo minucioso do panorama político econômico nacional e no trabalho de base com a politização da população tanto urbana quanto rural.

Abro parênteses para a aproximação das reflexões de Elson Costa com a posterior tese de Noam Chomsky sobre os “contornos da ordem mundial”. Em sua argumentação, Chomsky (1993) apresenta que

ao Sul foi determinado o papel provedor de serviços: prover riquezas, mão-de-obra barata, mercados, oportunidades de investimento e, mais tarde, o lugar para se exportar a poluição. No último meio século os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de proteger os interesses das ‘nações

³⁰ “Impressões sobre o XX Congresso”, **Pasta 0089**, Rolo 009, set. 1955 – mar. 1963.

³¹ *Idem*.

³² “Estudos e anotações: “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e “Os Ensinamentos do marxismo leninismo sobre a infraestrutura e a superestrutura”, Tchesnólov, Problemas, nº 62, setembro de 1955”, **Pasta 0089**, Rolo 009, set. 1955 – mar. 1963.

satisfeitas’, cujo poder as coloca ‘acima das demais’, os ‘homens ricos que moram em paz em sua casa’, a quem ‘se deve confiar o governo do mundo como Winston Churchill colocou a questão após a Segunda Guerra Mundial. (CHOMSKY, 1993, p. 53)

Há o indicativo para essas aproximações entre a teoria de Chomsky (1993) e as fontes analisadas ao se perceber a profunda contribuição para se desdobrar as análises das reflexões feitas por Elson Costa, que podem levar à produção de análises destoantes à concepção predominante de um mundo bipolar no contexto de Guerra Fria, - que entendia o mundo dividido entre potências capitalistas e comunistas - mas sim, as disputas de poder entre hemisférios Norte e Sul. Tal elaboração do autor nos proporciona também a conceber a gestação do ideário nacionalista no Brasil, construído no *varguismo*, que na política internacional sofria as pressões das nações imperialistas diante o conflito da Segunda Guerra Mundial. Percebe-se qual a perspectiva adotada nesse nacionalismo a respeito de eleger os Estados Unidos e o imperialismo como o principal inimigo para o crescimento da nação, e para as esquerdas, um empecilho para a justiça social. Além disso, é perceptível tanto no jornal “Folha de Ituiutaba” quanto nas anotações de Elson Costa uma postura otimista e bem quista diante o ideário nacionalista, e um receio com as relações políticas com os Estados Unidos. Sob a tese que compreende a política sob-relações Norte e Sul, Noam Chomsky (1993), diz que

Assim os interesses dos Estados Unidos são entendidos em termos globais. A principal ameaça a esses interesses é descrita pelos documentos de planejamento de alto nível como “regimes radicais e nacionalistas” respondem a pressões populares para “melhora imediata dos baixos padrões de vida das massas” e desenvolvimento em prol das necessidades domésticas. Essas tendências colidem com a exigência de “um clima econômico e político favorável ao investimento privado”, com a adequada repatriação dos lucros (NSC 5432/1, 1954) e “proteção das nossas matérias-primas” (CHOMSKY, 1993, p. 54)

Fechando o parênteses, há a necessidade de se examinar o contexto histórico do Brasil na segunda metade da década de 1950, percebendo os diferentes setores da sociedade que moldam a identidade política existente na época. O *varguismo*, como vimos no capítulo anterior, funda uma escola de gestão política que se sustenta no ideário nacionalista. A década de 1950 e a experiência democrática brasileira têm mostrado Juscelino Kubischek como sucessor convicto da política nacionalista e tem em seu governo (1956-1961) a responsabilidade de articular setores contrários entre si em nome do desenvolvimento nacional. Moreira (2008) apresenta que

“a especificidade do governo de JK e do projeto nacional-desenvolvimentista só se torna efetivamente visível em suas profundas relações com o projeto ruralista. Este nada mais buscava do que a articulação dos grandes interesses rurais durante o processo de industrialização, pouco se importando, ademais,

se o capital industrial era nacional ou internacional.” (MOREIRA, 2008, p. 189)

A articulação com o projeto ruralista é a evidência das especificidades da gestão de Juscelino Kubitchek. Tal projeto tinha orientação política conservadora e seu êxito culminou no fortalecimento das oligarquias rurais, levando a maior exploração dos trabalhadores do campo. É abarcado no setor campestre toda população que têm em sua organização de trabalho a lida com a terra, a agricultura. Tal consideração é feita sob o pensamento de que a exploração e degradação da população pobre do campo se intensificava em um ritmo devastador no governo JK, ao notarmos que, na sustentação do projeto ruralista, a gestão promoveu o desmonte do Serviço de Proteção Indígena (SPI), estacionando-se “na lógica do próprio processo de desenvolvimento defendido pelo programa nacional desenvolvimentista” (MOREIRA, 2008, p. 187).

O maior compromisso de JK foi acelerar as transformações e o crescimento econômico do país. Havia em sua gestão, um cenário político divergente que demandava conciliação para consolidar o fragilizado processo democrático da política brasileira. Na época, a população do Brasil era de aproximadamente 60 milhões de pessoas, em Minas residiam 8 milhões. Deste quadro, 33 milhões de brasileiros recenseados viviam na zona rural, sendo o campesinato expresso em mais de 50% da população. Além disso, as aglomerações urbanas, que em Minas pouco ultrapassavam a marca de mil habitantes³³, tinham uma cultura que circundava as práticas e costumes campestres, concluindo que 70% dos brasileiros e brasileiras viviam no campo e nas aglomerações urbanas com menos de dois mil habitantes (PATARRA, 1984, p. 263 *apud* Moreira 2008).

A economia era predominantemente agroexportadora e havia um início da criação de estatais, ao passo que JK deu continuidade ao projeto de industrialização nacional. Essencialmente econômico, o programa de governo do presidente em questão conseguiu resultados notáveis no aprofundamento da industrialização. Utilizando da explicação feita por Moreira (2008) estabelecem-se dois setores principais que conduziam as medidas de industrialização nacional: o nacional-desenvolvimentismo (liberal) e o nacionalismo econômico (esquerdas). Esses setores digladiavam diretamente com o ruralismo, considerado “arcaico” ao processo de industrialização, que apresentado em Moreira (2008)

os setores “arcaicos” eram definidos como um bloco heterogêneo, nascido e desenvolvido no contexto da economia agrário-exportadora que havia prevalecido no Brasil desde o período colonial até aproximadamente a década de 1930. Incluía, principalmente, os latifundiários, os setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional. (MOREIRA, 2008, p. 162)

³³ Estado da População: Serviço Nacional de Recenseamento. **Anuário estatístico do Brasil**, 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, 1956

Durante a administração de Juscelino Kubitschek o nacional-desenvolvimentismo se consolidou como um estilo de governo e como um projeto sócio-político para o país, visto em sua maior expressão sob o Plano de Metas, que buscava a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista e o comprometimento com uma dinâmica política democrática e cidadã. O setor liberal que se apresenta como o principal locutor do nacional desenvolvimentismo da época, e tinha maior proximidade à gestão de JK, era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), “uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática.” O ISEB publicou livros que marcaram época e tinha como função central: se apresentar como espaço de socialização entre políticos, intelectuais e estudantes. (MOREIRA, 2008, p. 162)

A defesa de uma industrialização trilhada em processo capitalista era a base teórica dos isebianos. Os empecilhos apontados por esses intelectuais eram de grandes proporções, e o obstáculo central para eles estava concentrado nas “classes sociais arcaicas ao processo de modernização e industrialização”. Delineando esse setor da sociedade, significavam principalmente os latifundiários, “setores ligados ao comércio exportador e a classe média tradicional. E na avaliação isebiana, esses grupos não tinham o menor interesse no novo e ainda frágil modelo de desenvolvimento nacional, baseado na indústria e mercado interno.” (MOREIRA, 2008, p. 162)

O nacional desenvolvimentismo é um discurso recorrente na imprensa local de Ituiutaba, MG, território de disputa e que sofria mudanças estruturais devido ao processo de industrialização. Como exemplo, cabe citar a notícia publicada no periódico “Folha de Ituiutaba” que, em correspondência com a imprensa carioca, transcreve em suas páginas que “o Brasil deve esforçar-se para conquistar novos mercados e não deve se conformar com os poucos clientes que hoje nos comprem apenas alguns artigos de nossa produção”. A opinião do impresso faz alusão à industrialização dos setores agrícolas e à exportação de uma gama maior de produtos, transpondo a “anêmica” economia agroexportadora. Seguindo essa notícia, há a manchete fazendo chamada para o artigo de opinião intitulado “A distribuição de petróleo deve ser monopólio do Estado”, em que conclama a necessidade de JK “libertar” a economia nacional da “tutela devoradora do capitalismo internacional”. Para finalizar, há a opinião para o presidente praticar “sem vacilações, uma vigorosa política nacionalista, de legítima emancipação nacional, sem dar ouvidos às medusas do alto comércio importador, vinculadas à política apátrida dos dólares e das libras.”³⁴

³⁴ “Folha de Ituiutaba : Bi- semanario dedicado aos interesses da região (MG)”, 14 de Janeiro de 1956, Edição 00749. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

Percebe-se o estabelecimento da economia agroexportadora como vilã do desenvolvimento nacional. As oligarquias rurais eram responsáveis pela estruturação dessa economia, e que são subentendidas pelo ISEB como resistentes ao processo de industrialização. Os isebianos pregavam a necessidade de uma “*revolução democrático burguesa no Brasil*, isto é, uma aliança dos *setores sociais dinâmicos* (burguesia, proletariado, camponeses e nova classe média, sob a direção da *burguesia nacional*) para fazer face aos interesses *arcaicos* (leia-se agro-exportadores e antiindustriais)” (MOREIRA, 2008, p. 162) A questão posta para se empreender tal projeto era a democracia fragilizada existente no Brasil, pois “o sistema democrático brasileiro era reconhecidamente frágil, pois ainda muito dependia do apoio dos militares e era recorrentemente ameaçado por *soluções golpistas*” (MOREIRA, 2008, p. 162) A instabilidade entre golpismo e democracia também era assunto pertinente nas discussões comunistas, que nas reflexões de Elson Costa são elemento chave, ao passo que a democracia precisaria concretizar-se, tanto que neste período o Partido Comunista Brasileiro se encontrava na ilegalidade, impedido de se expressar na arena democrática. Elson Costa identifica uma forma de golpismo na chamada “coexistência” política, que faz com que a luta se confunda em suas concepções programáticas, abrindo terreno para o imperialismo. Sobre isso ele escreve que

As forças que no mundo defendem a paz, defendem também a coexistência [sic]. Se aceitarmos como objetiva a lei do desenv. (sic) desigual concluiremos pela coexistência. Se é impossível o socialismo, simultaneamente em todos os países, então não dependerá da vontade humana a existência de países capitalistas e socialistas. A existência da US como único país socialista no mundo durante 28 anos é uma confirmação disto. É uma lei histórica, inevitável. A luta se trava no terreno ideológico, nas questões programáticas. Aqui [no Brasil] o imperialismo é que procura confundir essa luta ideológica com as relações entre Estados.³⁵

O cenário de instabilidade da democracia brasileira era latente e preocupava diferentes setores, que inclusive trabalhavam em oposição ideológica – liberais e comunistas, como supracitado. Para Moreira (2008),

... foi tendo em vista as incertezas do sistema democrático em geral e, em particular, das dificuldades da democracia no Brasil, que os isebianos propalavam a necessidade de produzir e divulgar a chamada “ideologia do desenvolvimento nacional”. O objetivo era sedimentar a aliança das “classes dinâmicas” contra os segmentos políticos e sociais “arcaicos” (MOREIRA, 2008, p. 163)

Arelada à “ideologia do desenvolvimento nacional” havia a formulação da necessidade de reforma do Estado. Os isebianos viam na reforma a possibilidade de quebrar a dependência do Estado diante os setores clientelistas dos políticos tradicionais “arcaicos”. Os comunistas por sua vez, viam nas reformas a quebra da função acumuladora instrumentalizada

³⁵ “Possibilidades para se implantar a revolução no Brasil”, **Pasta 0089**, Rolo 009, set. 1955 – mar. 1963.

pelo Estado³⁶. Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto, intelectuais do ISEB, afirmavam que desde 1929 estava relativamente claro, para setores políticos e intelectuais do cenário brasileiro, o quão frágil era a nação por se estruturar economicamente na base agroexportadora. A proposta deles desaguava no desenvolvimento de indústria nacional, visando reformas de base capitalista. Os setores progressistas traziam a identificação das oligarquias fundiárias como o maior vilão nacional, “para eles, a elite agrária ainda era um bastião defensor da economia agrário-exportadora pouco interessada na industrialização, e cujos latifúndios, além disso, inibiam a formação de um mercado interno consumidor de industrializados.” Em suma, “a crítica da industrialização e a crítica do latifúndio eram o que havia mais comum entre os diferentes segmentos progressistas do período” (MOREIRA, 2008, p. 168).

Esse elemento comum entre diferentes setores é gerado pelo ideário nacionalista. O ingrediente nacionalista confundiu as diferentes propostas políticas em jogo: no Triângulo Mineiro, caracterizado por uma concentração de latifúndio é percebida na expressão da imprensa local – Folha de Ituiutaba, de orientação desenvolvimentista – a propagação de um discurso crítico à economia agroexportadora, que estruturava as relações de mercado da região. Algo que levava à própria confusão representativa da linha editorial do jornal. Na política nacional, serviu para os Isebianos elencarem as oligarquias rurais quanto representantes do que tinha de mais atrasado e ilustrando-as como um empecilho para o desenvolvimento nacional, levando à distorção da realidade social brasileira: como descartar as oligarquias rurais no plano de desenvolvimento sendo que a maior parte da população era rural e era atrelada a esses setores? E os comunistas, vistos pela figura de Elson Costa, que diante a iminente situação de conflito externo e interno, elabora um comunismo ‘pacifista’, em busca de estabilidade de ação política diante a ilegalidade do seu partido. Em suma, dificilmente se compreende as movimentações políticas desse período sem recorrer ao movimento nacionalista que habitava diferentes projetos de poder.

Para Caio Prado Jr., intelectual marxista e militante do PCB, membro ativo da *Revista Brasiliense*, “o nacionalismo dos anos 1950 já era comparável em termos de importância política e dimensão social aos precedentes movimentos pela independência e pela abolição da escravidão.” (MOREIRA, 2008, p. 169). O movimento era plural no sentido de ser incorporado por setores por vezes oposicionistas entre si, várias legendas partidárias como o Partido Social Democrático – Partido de JK -, a União Democrática Nacional (UDN), o

³⁶ Para a teoria marxista, “o Estado é concebido como uma dedução da lógica da valorização do capital.” Se os teóricos do liberalismo clássico “limitavam as funções do Estado à manutenção das instituições militares, policiais, educativas e judiciárias, deixando o resto ao “natural” desenrolar da lógica do mercado”, a teoria marxista percebe “claramente a presença do Estado no processo de acumulação.” Cf. BOBBIO, N. ; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – partido de João Goulart, vice-presidente (1956-1961) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – partido de Elson Costa -, que até então estava na ilegalidade. Para Moreira (2008) há duas dimensões principais do nacionalismo no período, o movimento “teve uma dimensão claramente liberal, representada pelo nacional-desenvolvimentismo, e outra popular, exemplificada pelo nacionalismo econômico.” (MOREIRA, 2008, p. 170)

O nacionalismo econômico teve crescimento significativo durante a administração juscelinista. É perceptível, nas anotações do comunista Elson Costa, a incorporação do ideário nacionalista nas suas propostas, levando em consideração o adensamento teórico de questões que perpassavam o aceleração da industrialização no país. O setor ferroviário era objeto de profundos estudos do agente político, que visava no setor em questão a possibilidade de difusão de ideais comunistas por meio da comunicação com as áreas rurais e as populações camponesas. Essa preocupação é evidenciada nos estudos de sindicatos e a formulação de propagandas comunistas voltadas para esse setor do estado de Minas Gerais.³⁷ A industrialização do setor agrário é o ponto nevrálgico para análise de conjuntura feita por Elson Costa.

Segundo Moreira (2008) pode-se afirmar que o projeto social dos nacionalistas econômicos – o lado mais reformista e radical do movimento nacionalista – pregava “a aliança dos *setores sociais populares* (proletários, camponeses e progressistas) na defesa da industrialização e de reformas estruturais, sobretudo a agrária, para viabilizar a elevação do padrão social e econômico da população brasileira.” Para os nacionalistas econômicos, o aprofundamento da industrialização não era o bastante, pois esse processo deveria ampliar-se para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho da maior parte possível da população brasileira, nas palavras de Moreira, uma espécie de “capitalismo estatal”. (MOREIRA, 2008, 172) Para Elson Costa, um comunista alinhado a esta dimensão nacionalista, as formas de ação a serem dinamizadas seriam a criação de sindicatos e o estabelecimento de diálogo com os setores populares, de modo a provocar essa melhoria da qualidade de vida e de trabalho, o que levaria à industrialização e complexificação das formas de produção, caminhando para as possibilidades de revolução de cunho socialista.

O nacionalismo econômico rompe com o nacional desenvolvimentismo em 1960, sendo o epicentro dessa ruptura a presença do capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento, contrariando a proposta de um “capitalismo estatal”. Os nacionalistas econômicos caracterizaram essa opção de JK como “entreguismo”. A justificativa de JK para o capital estrangeiro se apresentava pela falta de comunicação entre as

³⁷ “Estudo do movimento sindical, enfatizando a região do Triângulo Mineiro e os ferroviários, e sobre a estrutura industrial do Estado”, **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 - dez. 1963

regiões industrializadas do sudeste e as zonas agro produtoras do interior, significando um ponto de estrangulamento para o desenvolvimento industrial. Havia a necessidade da integração territorial e do sistema produtivo nacional.

Na época o estado de Minas Gerais estava sob o governo de José Francisco Bias Fortes (PSD), gestão aprovada e consonante com a execução administrativa de JK. Contudo, no primeiro ano de gestão, JK e Bias Fortes já entraram em discordância diante o caso do projeto de construção da usina hidrelétrica na região de Furnas (MG), que foi alvo de oposição pelo governador após a inauguração da participação da *Light and Power*, empresa estrangeira³⁸. Houve um ressentimento do setor nacionalista econômico no estado, pois é evidenciado na elaboração e envolvimento do projeto aquilo a que eles destacam como política “entreguista”. No folhetim “Furnas”, em reportagem de Marco Antônio Coelho, o caso desse projeto é descrito na própria capa como uma obra “construída com o dinheiro do povo” e que “vai multiplicar os lucros das companhias estrangeiras de eletricidade”. No caso de Furnas, se desperta para a situação da terra no projeto nacionalista, pois se sublinha na reportagem a denúncia de que, para construção da barragem e represamento, houve a inundação de “70 mil alqueires de boas terras”.³⁹ No que tange o debate de situação e distribuição da terra, um setor conservador da sociedade se apresenta no campo de disputa: os ruralistas.

Segundo Moreira (2008), “os representantes políticos ruralistas do Congresso Nacional perceberam, rapidamente, as novas possibilidades ofertadas ao setor agropecuário, graças à implementação da operação Brasília.” (MOREIRA, 2008, p. 177) Esses representantes pensavam numa nova aproximação entre os seus interesses rurais e o plano industrial para o Brasil. O projeto social dos ruralistas não se opunha à industrialização, além disso, tinha “fortes expectativas” em torno desse processo de modernização e detinha profunda atenção sobre essa discussão e planejamento, pois a divisão temia que “setores sociais e políticos mais afoitos adotassem a via revolucionária e comunista para alcançar aqueles objetivos.” (MOREIRA, 2008, p. 179) Os ruralistas tinham atenção maior diante a manutenção dos latifúndios e colocavam acima de tudo a rejeição a qualquer formato ou proposta de reforma agrária distributiva de terras. Havia, inclusive, a leitura da disposição política da oligarquia rural em contrariar a ordem institucional democrática em detrimento da manutenção de seus interesses tradicionais. Em suma,

O projeto social ruralista defendia, portanto, maior integração entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e, finalmente, a manutenção da grande propriedade rural. Excluía, contudo, a grande maioria da

³⁸ PANTOJA, Sílvia. Verbete biográfico FORTES, Bias (José Francisco). CPDOC: FGV, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-bias-fortes>

³⁹ “Furnas - usina construída para a Light e a Bond and Share”, **Pasta 0089**, Rolo 009, set. 1955 - mar. 1963

população rural, formada por pequenos posseiros e trabalhadores sem terra. (MOREIRA, 2008, p. 181)

Havia um movimento do setor ruralista em participar das discussões e usufruir de privilégios das políticas que circundavam a construção de Brasília. Na verdade, o olhar da ampla maioria de setores nacionalistas estava nesse período de costas para o litoral e observando as possibilidades inerentes ao sertão do Brasil. A conclamada “Nova Marcha para o Oeste” empreendida por JK na construção da nova capital e expansão da malha rodoviária, falhou ao escassear as discussões referentes à *colonização* do território. As esquerdas e setores progressistas designaram um lugar subalternizado para esse tema, que Moreira (2008) argumenta as razões apresentando que:

o lugar absolutamente subalterno da colonização na agenda nacional do período se deu, fundamentalmente, por razões políticas. A prioridade da esquerda era a reforma agrária em regiões já conturbadas por conflitos sociais e isso por razões não apenas de caráter social e econômico, mas também de caráter político (MOREIRA, 2008, p. 183)

Tomando, novamente, Caio Prado Jr, intelectual marxista da época, como referência destaca-se que para este a atenção das discussões e deliberações dever-se-iam proceder à recolonização de áreas já ocupadas, mas que por um conjunto de elementos encontravam-se subaproveitadas. Moreira (2008) diz que “a colonização baseada na pequena propriedade, nas regiões definidas como fronteiras agrícolas, foi assunto insuficientemente discutido no período” (MOREIRA, 2008, p. 183). Contudo, a análise da autora se restringe ao plano institucional da política brasileira, e o agente histórico mais orientado à esquerda em suas fontes talvez seja quase que exclusivamente Caio Prado Jr., acompanhado dos intelectuais que escreviam para a *Revista Brasiliense*, que se apresentavam como figuras públicas agindo politicamente na vanguarda do pensamento comunista brasileiro.

Quando se expande a análise para a discussão sobre colonização e suas repercussões nas lutas populares, há que se reiterar que a recolonização é pauta reivindicatória das Ligas Camponesas que são dinamizadas no espaço rural desde 1928 e afirmam sua luta política por toda década de 1950, atuando sob diferentes projetos até tomar uma repercussão e representação popular na máxima “Reforma Agrária na lei ou na marra”, proferida pelo líder comunista Francisco Julião e dando clareza ao processo de radicalização dos discursos políticos. Há de se considerar que neste contexto o Partido Comunista Brasileiro estava na ilegalidade, seus membros e dirigentes agiam sob o risco de punições do Estado. O PCB, mesmo ilegal, instaurou na época as Comissões Agrárias e a atuação de dirigentes em diferentes realidades camponesas no Brasil, repercutiu em uma ampliação da participação das massas no processo da construção política nacional.

No que tange ao impedimento da participação do PCB nas discussões parlamentares, há um movimento estratégico do Partido para a criação de diferentes organizações, com base nas realidades adversas de cada estado e de cada região específica. Um exemplo é a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG), que tem em sua ação a participação de Elson Costa, dirigente do PCB mineiro⁴⁰. Núcleos como a ATAMG funcionavam como espaços de difusão e debate de ideias verticalizadas ao setor específico, que no caso são os trabalhadores agrícolas, setor popular das relações de trabalho dinamizadas na zona rural. A organização e participação de eventos, pela ATAMG, forneciam possibilidades de radicalização do discurso e ação das esquerdas⁴¹.

Em termos de organização dos modelos fundiários, Moreira (2008) aponta como principais “o ruralista, baseado na grande propriedade agromercantil, e o trabalhista e/ou nacionalista, ancorado na perspectiva de implantar a pequena propriedade pela via da reforma agrária, graças à recolonização de áreas já ocupadas.” (MOREIRA, 2008, p. 183) Em um texto, sem autoria, intitulado “Porque gritam contra a reforma agrária?” há a elucidação dos empecilhos instrumentais do Estado para inviabilizar o projeto trabalhista de organização dos modelos fundiários, ao passo que “é sabido que para conseguir realizar a reforma agrária é necessária uma emenda à Constituição, modificando o dispositivo que estipula o pagamento prévio, em dinheiro, pela propriedade desapropriada”⁴². Ou seja, nesse formato constitucional, o Estado *compraria* as propriedades desapropriadas, não havendo a consideração da função social da terra, mas por outra via conseguindo beneficiar os proprietários dos latifúndios. O texto ainda vai além e denuncia o avanço conservador vindo por parte dos ruralistas,

O direito de propriedade que [os ruralistas] defendem é o direito de continuarem privilegiados travando o desenvolvimento econômico e social do Estado. Para manter tais atitudes reacionárias gastam bilhões e bilhões de cruzeiros não só com as "concentrações de ruralistas", mas também na imprensa, coincidentemente com a imprensa dos "Diários Associados". Numa campanha superada, de fundo anticomunista chegam a dizer que contra a reforma agrária se baterão "com todas as armas ao nosso alcance". Nos campos e nas cidades, nos parlamentos ou nas tribunas públicas, na Imprensa, no Rádio e na Televisão...⁴³

Jofre Corrêa Neto, que em 1961 tinha ficado responsável em relatar a fundação e reorganização das associações camponesas em Minas Gerais no período, registra preparações para o I Congresso Nacional dos Lavradores e Agricultores e a 2ª Convenção Estadual da

⁴⁰ A participação de Elson Costa é comprovada por meio das atas de reunião registradas pelo mesmo e apreendidas em sua posse em 1975. **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 - dez. 1963

⁴¹ “Convocação para reunião da ATAMG 31/8/58. Principais assuntos tratados: Indicação do delegado dos trabalhadores agrícolas de Minas Gerais para ir a Conferência Internacional dos Trabalhadores Agrícolas em Bucareste; Fundação de Novas Associações e funcionamento das existentes; Medidas práticas para realização do 2º Congresso Estadual de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de 1959. **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 - dez. 1963

⁴² “Porque gritam contra a reforma agrária?” **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 - dez. 1963

⁴³ *Idem*.

mesma categoria trabalhista. Especificamente no Triângulo Mineiro, pontua mobilizações e eleição de delegados na cidade de Uberlândia, “realizada na fazenda Tenda, também denominada Buracão”, Centralina, contando com apoio financeiro e pessoal da prefeitura, que propusera financiar a viagem dos delegados para o evento e o prefeito em questão se comprometendo em enviar um representante -, Araguari, feitas as reuniões na zona rural, em um local nomeado “Estiva” e em Ituiutaba, na qual foi realizada uma assembleia que contou com a presença de 400 trabalhadores, “sob auspício da Associação dos Trabalhadores de Ituiutaba”⁴⁴. Estava havendo a campanha para sensibilização de diferentes setores da sociedade para a reforma agrária, esta sendo mediada e organizada pela Comissão Agrária do PCB.

Dois anos antes, em 1959, houve no Estado a mobilização de “conferências preparatórias”. No Triângulo Mineiro, aconteceram respectivamente em Ituiutaba, Centralina, Canápolis e Araguari. Os objetivos dessas conferências eram: a) eleger delegados; b) criar novas associações e revigorar as existentes; c) defesa dos direitos e reivindicações dos assalariados agrícolas, por meio da Justiça do Trabalho e da Justiça Civil; d) a defesa do direito de posse, crédito fácil para os pequenos lavradores sem as atuais exigências; e) medidas da prefeitura que visem melhorar as condições de vida dos que trabalham no campo (assistência médica, hospital, escolas, etc); f) diminuição de taxas de arrendamento, facilidades efetivas para aquisição de sementes, adubo, veneno, fungicida, ferramentas agrícolas⁴⁵. Havia uma organização de base vigente que propunha a utilização das ferramentas do Estado em prol do trabalhador, a consciência da política institucional, contudo despertando também para a consciência da classe trabalhadora, estabelecendo diretrizes para a luta política dos camponeses.

Outro elemento importante estabelecido nessas conferências preparatórias é referido como “solidariedade”, que se sustenta em dois pontos: a) Solicitar o apoio do PTB-PSP-PSD-UDN-PRP-PTN-PR-PDC, tanto na Capital como no interior, das Associações Rurais, Federações, Sindicatos, Clero, Industriais, Cientistas, Camaradas Municipais, Prefeituras; b) tomar medidas para criação de uma Comissão Parlamentar para estudar, apresentar e defender projetos de lei de reforma agrária e localizar terras devolutas do Estado para venda aos que as queiram para trabalhar⁴⁶. Sob o espectro nacionalista econômico, de crença na democracia e nos aparelhos de luta institucional, a esquerda buscava um atrelamento aos setores progressistas para tentativa de derrocada dos ruralistas e recolonizar o latifúndio. A apropriação dos aparelhos de luta institucional foram bem utilizados pela Comissão Agrária

⁴⁴ “Em Minas Gerais arregimentam-se os camponeses fundando e reorganizando suas associações”, **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 - dez. 1963

⁴⁵ “Plano de trabalho para 3ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 – dez. 1963

⁴⁶ *Idem*.

do PCB na época, que instituiu uma evolução considerável das formas de luta, construindo sindicatos e propondo a criação de federações.

Juscelino Kubitschek cedeu ao projeto social ruralista e “apoiou a apropriação espontânea do solo nacional, e a elevação dos níveis econômicos, via colonização, estava descartada” (MOREIRA, 2008, p. 186) Com isso há o aumento da degradação das condições de vida da população que habitava a zona rural, as explorações de trabalho e o monopólio da terra produzem a necessidade de diretivas para resistir a esse avanço latifundiário legitimado pelo governo. O Partido Comunista Brasileiro passa a articular lideranças e ações no campo, discutindo e disseminando vasto material de propaganda comunista. A promessa de cidadania feita por JK não foi cumprida para todos os setores da sociedade, contudo, a manutenção da experiência democrática apresentou um plano de expansão da participação popular nas disputas políticas. O governo de Juscelino Kubitschek prometeu cidadania à população brasileira, esta que seria difundida graças à industrialização e posterior socialização dos bens de produção. Contudo, a opção pelo pacto ruralista desmontou as possibilidades de justiça social para os trabalhadores da terra.

Tal concessão política aos ruralistas deixa evidente a postura de JK como um governante que sofre a pressão de diferentes setores conflitantes presentes no cenário político nacional e internacional. Fazendo uma análise de conjuntura comparada ao movimento comunista internacional, há o “Caderno I” que sob a ótica marxista percebe o acirramento das contradições sociais no Brasil no processo de 1956 a 1961, e o papel imperialista de dominação escancarado no programa “Aliança para o progresso”, feito pelos Estados Unidos da América. Sobre esse programa, o documento argumenta que “os círculos monopolistas dos Estados Unidos compreendem o quanto é precário, nas condições históricas atuais, o apoio que recebem tradicionalmente dos latifundiários e dos grupos entreguistas, dado que estes não conseguem mais iludir o povo e impor sua vontade à ação”⁴⁷. Em suma, havia a análise política de que o nacional desenvolvimentismo perdera o fôlego e legitimidade popular por causa das constantes incisões imperialistas; contudo o principal fator para a precariedade referida se concentra na mobilização popular feita com maior vigor nos anos correntes desde 1956, organizando a luta trabalhadora por meio de construção de sindicatos, aliança de setores e consciência de classe.

Outro fator é o histórico movimento de resistência nas regiões interioranas do estado de Minas Gerais. Em 1937, em Ituiutaba, MG, há o assassinato de Pedro Fenelon, que causa mobilização dos setores repressivos para vigiar qualquer ação política que contrarie as classes

⁴⁷ “Caderno I – A Aliança para o progresso e a situação da América Latina”, **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 – dez. 1963

dominantes, representadas no “coronelismo” local⁴⁸. Não se pode descartar a memória que este agente histórico tenha para contribuir nas mobilizações futuras, reverberando nos anos seguintes. Houve um silenciamento desse agente político a ponto de ter sido encontrado apenas radiogramas internos do DOPS que fazem menção ao seu nome e ideologia política⁴⁹. As ligas camponesas também são históricas na região. Enfim, em uma sociedade concentrada nas relações de campesinato, diante da exploração das oligarquias latifundiárias, há constantes movimentações que ameaçam o *status quo* das elites agrárias locais – isolados, como o caso de Pedro Fenelon, ou bem constituídos – que arregimentam as lutas campesinas na década de 1950 e sua experiência democrática.

Voltando ao fim da década de 1950 e a caracterização de JK como “entreguista”: existe um movimento complexo de uma formulação de material de propaganda, e que é uma fonte imprescindível para se perceber as lutas do período. A propaganda é um dos pilares para formação de base das populações campesinas e urbanas, tanto que é um dos eixos citados no conteúdo programático das “conferências preparatórias” citadas anteriormente. Elson Costa para além de teórico e dirigente comunista, também era panfletário. Folhetins de propaganda apreendidos com ele demonstram a pluralidade de causas e o compromisso com a formação objetiva das massas populares. Para exemplificar o engajamento na situação política e econômica do Estado de Minas, são citados três exemplos de materiais que estavam na posse de Elson Costa:

1. “*Porque somos contra a exploração dos nossos minérios por estrangeiros*”, que levanta seis justificativas pontuais que argumentam sobre o nível de exploração dos recursos naturais e apontam a necessidade de afirmação política em defesa dos direitos nacionais de exploração, conduzidos pela prerrogativa de socialização dos recursos para benefício da população. Esse folhetim faz chamada para um evento, a “Semana Popular de Defesa do Minério”, evento acontecido de 13 a 18 de janeiro de 1963.⁵⁰

2. “*Verdades que o ferroviário precisa saber*”, sob formato de manifesto, elaborado pela Coligação Nacional dos Servidores Públicos Ferroviários, o impresso consiste em material de formação do setor ferroviário. Foi pensado inicialmente para formação de base dos ferroviários de todo o país, tendo sido o estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, o

⁴⁸ O agente político em questão é interpretado como um comunista pelo radiograma que apresenta a seguinte descrição: “No radiograma junto informa a Delegacia de Ordem Social de São Paulo ter apreendido documentos segundo os quais foi enviado material de propaganda comunista para PEDRO DE FREITAS FENELON, residente em Ituyutaba. [...] Sobre o assumpto, entretanto devo informar que existe nesta delegacia um relatório apreendido pela polícia do Districto Federal em um arquivo de LUIZ CARLOS PRESTES, no qual se lê o seguinte: “Ituyutaba - Pedro Fenelon, caudilho-jagunço, nesta zona, está com a Aliança, mas sómente as levantará com seus 600 homens si todo o Brasil fizer a revolução. É um oportunista”” 19 jan. 1937. **Pasta 4684**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

⁴⁹ “Radiograma comunicando assassinato de Pedro Fenelon e os rumos da investigação”, **Pasta 4684**, Rolo 068, jan. 1937 - maio 1959

⁵⁰ **Pasta 0093**, Rolo 009, mar. 1955 – dez. 1963

epicentro de formulação.⁵¹ Se vincula à fase urbana de ação política de Elson Costa, uma fase em que o agente comunista residiu na capital mineira, Belo Horizonte, 1963.

3. “*Ao povo: Cuba, reforma agrária e situações trabalhistas*”, que consiste em um folhetim de convocatória para uma conferência que aconteceu em Uberlândia em 1961, e que contou com a presença de Hernani Maia, influente político que teve grande contribuição na luta pela reforma agrária. Analisando o projeto gráfico, o destaque da chamada “Ao povo” nos apresenta a maneira ilustrativa da escrita em demonstrar a reforma agrária como causa popular e difusa na população campesina da região do Triângulo Mineiro.

Diante essa breve análise, que buscou dar um panorama das lutas sociais e suas formas de ação dinamizadas no território brasileiro, sua relação com a política institucional e as repercussões regionais, se torna oportuno perceber quais são as percepções e posicionamentos que tem na imprensa periódica, um dos principais veículos de opinião pública. Assim, abre-se a continuidade do trabalho, que se desdobra para o terceiro e último capítulo, que tem por finalidade analisar a expressividade da imprensa e os projetos de poder por ela sustentados. O periódico “Folha de Ituiutaba” oferece uma oportunidade para leitura e compreensão do processo histórico do período no recorte local. Será feita análise de linguagem, orientação política do editorial e dos colunistas, visto que o jornal “Folha de Ituiutaba” circulava localmente e preocupava-se com as questões políticas, econômicas e sociais no recorte local e regional. Para o diálogo com esse periódico serão utilizadas anotações de Elson Costa, um militante originário da região, mas que se tornara dirigente do P.C.B. O traço em comum com essas fontes é a temporalidade e as questões postas na época, que perpassam todos os setores representados nas páginas analisadas e na realidade histórica da época. Tal análise abrirá as possibilidades de se perceber as diferentes formas do *progressismo* e da *esquerda* e suas particularidades em cada parte do território nacional.

⁵¹ **Pasta 0090**, Rolo 009, jun. 1963 – fev. 1964

Capítulo III

A imprensa e os agentes políticos locais: uma análise do periódico “Folha de Ituiutaba”

O periódico “Folha de Ituiutaba” circulou no período de 1951 a 1964, bi-semanalmente de 1951 a 1960, a partir de 1961 aprimorou seu projeto gráfico em impressos semanais até 1964 quando sofreu intervenção. A análise do impresso “Folha de Ituiutaba” foi primordial para a compreensão das problemáticas colocadas pela pesquisa, portanto o reconhecimento de sua contribuição para escrita desse trabalho é fundamentado na expressividade do periódico a respeito das leituras referentes às mudanças econômicas que aconteciam na época – por meio das manchetes que noticiavam inovações tecnológicas, de matrizes energéticas e uma reestruturação das dinâmicas de produção locais e regionais. Outro fator são os posicionamentos políticos do jornal, de modo que constitui seu local de fala política na estrutura e dinâmica local, por meio da narrativa construída sobre as movimentações políticas em território nacional e as articulações do “coronelismo” local nessa conjuntura. Percebe-se que o compromisso com a liberdade de pensamento era o que conduzia as páginas do jornal⁵², de modo que se posicionava a respeito do comunismo como uma corrente a ser respeitada e ouvida no seio democrático. Assim como o jornal cedia espaço para debates de tendência comunista, como por exemplo, nas colunas de Tomaz de Aquino Petraglia, também cedia espaço amplo para convocatórias e promoções a pedido da União Democrática Nacional (UDN), partido que congregava setores conservadores da sociedade.

Na pasta 4684 do Arquivo Público Mineiro, são arquivados os processos de investigação do D.O.P.S sobre o potencial “subversivo” do jornal “Folha de Ituiutaba”. Já em 1954 emite-se o relatório sobre o jornal estar sendo utilizado para propaganda comunista, visto que publicou em suas páginas o “Projeto do Programa do Partido Comunista do Brasil”⁵³. Portanto, nos anos iniciais da sua circulação o jornal já era alvo de investigações e perseguições, chegando à culminância de ser deferido pelo Estado um processo contra envolvidos com o jornal. No pedido de *habeas corpus* feito por Tomáz de Aquino Petraglia – que era um dos articulistas do jornal –, lê-se as acusações direcionadas ao mesmo:

que em tôdas as oportunidades defendeu, ardorosamente, pontos de vista contrários à ordem política e social, fazendo apologia de idéias e práticas extremistas, conforme consta dos autos. Estando, assim, incurso nas penas do artigo número onze, letra “a”, da lei número mil oitocentos e dois, de cinco de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três - (Lei de Segurança Nacional) - requer esta Promotoria se instaure processo crime contra o denunciado, citando-o para todos seus termos [...] intimando-se a testemunha

⁵² “Grave ameaça à liberdade de pensamento”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, Ituiutaba, 10 de Abril de 1954

⁵³ “Relatório: Propaganda Comunista”, **Pasta 4684**, rolo 68, Ituiutaba, 9 de março de 1954.

adiante arrolada para depor sobre os fatos, sob as cominações legais.⁵⁴

Em diálogo com a documentação apreendida com Elson Costa o referido Jornal contribui para que se delineie o contexto local. Ao comentar sobre aspectos da cultura agrária, o documento “Desenvolvimento econômico em Minas Gerais”, de julho de 1960, que foi socializado entre grupos comunistas, dizia que esse tema se apresentava como “o mais complexo, de exame mais difícil, justamente por que é o que menos conhecemos. A nossa subestimação por esta questão é mais antiga do que as autocríticas que ensaiamos, periodicamente.”⁵⁵ Finalizando a década de 1950, a questão agrária ainda era latente no sentido de promover a desigualdade social em diferentes realidades campesinas, no extenso território nacional. Por mais que houvesse debates que se estenderam desde o Manifesto de Agosto (1950), a questão agrária desdobrou-se em toda década como assunto principal de acaloradas reuniões, clandestinas ou institucionalizadas. Os comunistas percebiam a atitude predatória do projeto ruralista, que em fins da década já se tornava um problema incontornável para a realidade dos trabalhadores brasileiros. No estudo mencionado, que foi desenvolvido com bases em dados de concentração da terra e produção agrícola, o que se tinha de conclusão era que “no exame superficial desses números e se levarmos em conta apenas o nº de propriedade e a sua área, concluímos pela esmagadora existência da grande propriedade latifundiária”.⁵⁶ A década de 1960 marcava a abertura de um embate em que os trabalhadores e as bases populares exigiam participação política e justiça social, e essas articulações perpassavam essencialmente a situação da terra e sua socialização.

A União Democrática Nacional (UDN) era um partido que concebia tradicionalmente uma política conservadora. Em Ituiutaba esse partido foi responsável por profundas intervenções na dinâmica local, em uma articulação com a conjuntura política nacional que se apresentava no início da década de 1960. Essas intervenções aconteciam em resposta ao progressismo e ampliação das bases populares para o diálogo político, acontecido no governo de Juscelino Kubitschek, narrado no capítulo anterior. As mobilizações no campo e a criação de uma identidade protagonista camponesa fizeram com que os setores conservadores se organizassem para uma resposta. Em janeiro de 1960, em fins do mandato de Juscelino Kubitschek, vemos essas mobilizações conservadoras ao lermos na primeira página do jornal “Folha de Ituiutaba” a seguinte convocação:

O Diretório da União Democrática Nacional e o Comitê Pró Candidatura Jânio Quadros convidam o povo de Ituiutaba e dos municípios vizinhos para recepcionar o candidato popular à Presidência da República, que chegará a Ituiutaba no próximo dia 5 de Janeiro, terça-feira, às 8 horas da manhã, e

⁵⁴ “Habeas Corpus requerido em favor de Tomaz de Aquino Petraglia”, **Pasta 0333**, rolo 20B, 7 de dezembro de 1965.

⁵⁵ “O desenvolvimento econômico em Minas Gerais”, **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagem 203, julho de 1960.

⁵⁶ *Idem*.

para assistir ao comício que farão realizar às 9 horas da manhã do mesmo dia, na Rua 22, esquina da Avenida 15, quando falarão ao povo os candidatos Jânio Quadros, Leandro Maciel e Magalhães Pinto, os Senadores Padre Calazans e Lino de Matos, os deputados João Agripino, Osvaldo Pierucetti e Padre Godinho, e outros líderes do movimento pró Jânio Quadros.⁵⁷

Avaliando o projeto gráfico, o tamanho das letras e a centralidade da notícia, percebe-se que toda a atenção da página era canalizada para a chamada “Jânio vem aí!”. No jornal ainda havia a afirmação de que Jânio Quadros era o “candidato da renovação nacional”. Outro nome pertinente na chamada é o de Magalhães Pinto, que na época era pré-candidato ao governo de Minas Gerais pela UDN. É perceptível que a chamada “renovação nacional” não se restringia à ocupação da presidência da república pelo candidato em questão, mas de haver uma numerosa força política ao se elegerem também governadores, senadores e deputados do referido partido e outros alinhados. Essa foi a resposta dos setores conservadores à ampliação da base popular na participação política, que era de continuidade exercida por Juscelino Kubitschek e João Goulart, seu vice-presidente de 1956 a 1961. Antes mesmo do fim de seu mandato presidencial, já havia uma mobilização conservadora em Ituiutaba em prol do rompimento para com as pautas trabalhistas.

Membro do Partido Democrata Cristão (PDC), Jânio Quadros se candidatara à presidência com apoio da UDN e de outros partidos menores, como o Partido Libertador (PL) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Caracterizado por Carloni (2010) como tendo uma “carreira meteórica” e sendo de “perfil pouco ortodoxo”, o político em questão tinha sido governador de São Paulo entre os anos de 1956 a 1960, saindo antes do término do mandato, em função da candidatura à presidência. Jânio Quadros era a oposição conservadora em relação à continuidade do projeto político nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, o qual lançava como sucessor outro político de carreira meteórica: o marechal Henrique Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD), que tinha sua candidatura apoiada pelo PTB, afirmando a continuidade da aliança entre tais partidos, que por sua vez lançavam novamente a candidatura de João Goulart para ocupar o cargo da vice-presidência da república. Contudo, Carloni (2010) aponta que a conjuntura já não era a mesma de 1956, ao passo que:

O governo JK terminava sob muitas críticas. O projeto nacional-desenvolvimentista mostrava as suas contradições: internacionalização da economia brasileira, inflação, achatamento do salário do trabalhador e sistemáticas acusações de corrupção. A tese que apelava para a união dos diferentes grupos sociais em torno do desenvolvimento econômico do país já não tinha tanta força quanto nos anos iniciais. Importantes reformas, como a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista ao campo, firmadas na aliança com o PTB em 1955, não haviam sido realizadas pelo governo. (CARLONI, 2010, p. 187-188)

⁵⁷ “Jânio vem aí!” Folha de Ituiutaba: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 9 de janeiro de 1960, p. 1.

Essas críticas são expostas pelos meios de comunicação de massa, na época imperavam o rádio e os jornais impressos. Em Ituiutaba se percebe nas páginas do jornal *Folha de Ituiutaba* como se deram os desdobramentos referentes às mobilizações populares e conservadoras no município. Ao fazermos a leitura das notícias e reverberações políticas que estão no jornal nos anos 1960, se percebem as críticas diretas ao governo encampadas por um discurso anticorrupção disseminado na sociedade, e também sob perspectiva trabalhista e nacionalista, ao passo que há uma pluralidade de expressões para a realidade da época. O que se apresenta na década de 1960 em Ituiutaba é um contexto econômico que aparentava alguns desafios em função do processo de crescimento urbano e aceleração da industrialização, com alguns recursos de base ineficientes. Na primeira metade do ano referido, há notícias preocupantes sobre o abastecimento de energia elétrica na região, quando a Usina Salto do Moraes apresentava “avarias” - problemas nos geradores - e deveria sofrer reparações para os próximos oito meses do ano. Na época, o diretor do órgão, responsável para tratar desses assuntos, era Samir Tannús, influente político local, vice-prefeito na época, que trouxe a proposta de encampar a fornecedora de energia local pela CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais). O jornal informou que:

Logo após a chegada à usina, os dois técnicos submeteram os geradores a acurado exame, constatando então ser mais grave do que se supunha as avarias encontradas. [...] serviços orçados entre 600 mil a 1 milhão de cruzeiros. [...] as turbinas produzirão com eficiência no máximo mais 8 meses, isto é, até agosto, após a safra.⁵⁸

Para além dos fatores climáticos – chuvas e enchentes -, há de se apontar que este caso das avarias e posterior fechamento da Usina Salto do Moraes estão inseridos na conjuntura desenvolvimentista da época, que nesse caso provocou diversas mudanças e alterações da dinâmica econômica local. O desenvolvimentismo provocou uma ascensão dos costumes urbanos de comportamento social, a energia elétrica passa a ser uma política importante para legitimidade do Estado em recortes locais. A matéria do jornal coloca a iluminação da cidade como fator fundamental para seu bom funcionamento e sua harmonia, de modo que a Usina Salto do Moraes, que antes detinha capacidade satisfatória de abastecimento de energia, já não supria as necessidades e demandas locais e da região. Colocar iluminação pública nos perímetros urbanos como prioridade das políticas públicas da época deixa evidente qual setor da sociedade era o centro da preocupação dos políticos: partindo da constatação de que a população à época era predominantemente rural, a iluminação pública dos perímetros urbanos era uma ação voltada para um número reduzido de beneficiados. Podem-se interpretar essas movimentações uma necessidade de iluminação

⁵⁸ "Apresenta avarias a Usina Salto do Moraes" **Folha de Ituiutaba**: Bi- semanario dedicado aos interesses da região (MG), sábado, 9 de janeiro de 1960

pública para atender às demandas da população urbana, apresentando a imagem de uma cidade “iluminada”, que conseqüentemente seria “mais segura” para as pessoas viverem.

Por mais que houvesse grupos críticos a Juscelino Kubitschek em Ituiutaba, era inegável as mudanças estruturais que reforçaram a noção de “progresso” para o município, e isso também era registrado nas páginas do jornal Folha de Ituiutaba. Por todo o ano de 1960, penúltimo ano de mandato de JK, o processo de industrialização caminhava a todo vapor no município. Só para citar algumas obras, neste ano deram início à construção da primeira fábrica de papel no município⁵⁹; bem como aos trâmites para a construção da Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (CASEMG)⁶⁰ - que contou com a presença do governador em sua inauguração⁶¹; houve o asfaltamento do Aeroporto municipal com verba da União⁶²; também iniciaram a construção do Hospital Materno-Infantil, com “esforço do Diretório local do PSD e colaboração da Sociedade de Proteção à Maternidade e à infância”⁶³. Considerando, também a região, Capinópolis havia recebido, no mesmo ano, fornecimento de energia elétrica, abastecida pela usina hidrelétrica que havia sido construída no município de Cachoeira Dourada. Outro fato é a mobilização para o encampamento do “Caminho da libertação” para tutela do governo do estado, caminho que dava ao município de Ituiutaba (MG) o acesso à BR-31, importante trecho que interconectava as capitais Cuiabá (MT) e Vitória (ES)⁶⁴ - atualmente BR 262; e a interligação telefônica entre todos os municípios do Triângulo Mineiro⁶⁵. As obras aconteciam derivadas por políticas econômicas intrínsecas ao plano de Metas e ao incentivo à industrialização como política do governo estadual. Havia setores satisfeitos com JK na presidência assim como Bias Fortes no estado de Minas Gerais, que também se mobilizavam para elogios e militância em prol do nacional desenvolvimentismo. Neste ano de 1960 a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ituiutaba (ACIAPI) se organizava para uma “importante reunião, para reestruturação da Frente Nacionalista local”, mobilizando fortalecer e apoiar a continuação da política de industrialização da região e do município.⁶⁶

⁵⁹ “Um passo na industrialização: Será instalada em breve na cidade uma fábrica de papel” **Folha de Ituiutaba**: Bi semanário dedicado aos interesses da região (MG), 9 de julho de 1960.

⁶⁰ “Disposta a CASEMG a construir seu grande armazém de Ituiutaba”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 16 de janeiro de 1960.

⁶¹ “Bias na cidade: virá inaugurar os armazéns da CASEMG”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 31 de agosto de 1960.

“Confirmada a vinda do Governador Bias Fortes”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 3 de setembro de 1960.

⁶² “Construção do aeroporto local”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 3 de agosto de 1960.

⁶³ “Vai ser edificado o Hospital Materno-Infantil da LBA” **Folha de Ituiutaba**: Bi- semanario dedicado aos interesses da região (MG), sábado, 16 de janeiro de 1960.

⁶⁴ “O Estado encampou o ‘Caminho da Libertação’”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 6 de fevereiro de 1960.

⁶⁵ “Interligação telefônica dos municípios do Triângulo Mineiro”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região (MG), 13 de agosto de 1960.

O ano de 1960, sob olhar do jornal Folha de Ituiutaba, nos faz perceber que a região e, principalmente, o município de Ituiutaba, vivia uma experiência democrática de pluralidade de discursos políticos - mesmo com um conservadorismo fortalecido pelas relações “coronelistas” características do meio rural. O Partido Social Democrático (PSD) era expressivo tanto pela representação de Juscelino Kubitschek na presidência e nos desdobramentos do Plano de Metas, quanto pela figura de Tancredo Neves, político mineiro pertencente a esse partido. Na região formavam-se comitês pró-Tancredo Neves, que era pré-candidato ao governo de Minas Gerais e a principal oposição a Magalhães Pinto (UDN), representante dos setores conservadores. Em janeiro de 1960, o referido jornal noticia que:

Vários comitês pró candidatura Tancredo Neves ao Governo do Estado vão sendo organizados nesta região, tendo em mira propugnar pela vitória do atual Secretário das Finanças no pleito de 3 de outubro vindouro. Assim é que, a 16 do corrente foi organizado o comitê de Monte Alegre de Minas, que será dirigido pelo Sr. José Luiz de Oliveira. A 17, organizou-se o comitê de Ituiutaba, por iniciativa do dep. Luiz Junqueira e do Dr. Omar Diniz, que serão seus dirigentes, e, finalmente a 19, o dep. Luiz Junqueira organizou o comitê de Iturama, cuja presidência foi entregue ao Prefeito daquele município [...].⁶⁷.

O nacional desenvolvimentismo, pela ótica regional, ainda tinha seus adeptos, que em sua maioria se apresentavam por profissionais liberais, inseridos na carreira política e com o ideário supracitado em consonância com projetos de governo para diferentes jurisdições – município, estado, país.

É interessante perceber, por meio do jornal Folha de Ituiutaba, as diferentes realidades entrando em choque com o discurso do “progresso” dinamizados por diferentes setores da sociedade e percebidos no jornal. O contraste entre a realidade local e o aceleramento da industrialização é evidenciado nos anúncios de classificados que, em janeiro de 1960, divulgava a perda de uma calça pelo redator do periódico, Geraldo Sétimo Moreira, que declarava recompensar quem achasse a peça de roupa⁶⁸. Percebe-se a estima por esses produtos têxteis, de forma que na época, por mais que se existia um industrialismo sendo acelerado na região, havia produtos que eram de estima da população em detrimento das novidades em produtos industrializados. Essa situação também desperta para outra reflexão, sobre as impressões de aumento da violência urbana – no caso, os roubos. Quando saímos dos classificados, a próxima página costuma ser de publicidade e propaganda, predominando a

⁶⁶ “Reunião Nacionalista amanhã na ACIAPI”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 9 de janeiro de 1960.

“Vai se reorganizar a Frente Nacionalista de Ituiutaba”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 29 de janeiro de 1960.

⁶⁷ “Organizados vários comitês pró Tancredo Neves na região”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, 23 de janeiro de 1960.

⁶⁸ Em várias edições há anúncios sobre a calça de linho branca roubada – e por hora considerada “perdida”, repetidamente divulgados pelo redator. **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, 1960

divulgação de maquinários agrícolas – reflexo da industrialização da agricultura -, e novos modelos de carros – demonstrando o investimento na indústria automobilística. Aí está o contraste: uma realidade que vivia a aceleração da produção industrial, ao passo que a população – transparente nos classificados – vivia um cotidiano permeado pela violência urbana e priorizava produtos básicos, no exemplo, a vestimenta.

O trabalhismo era expresso no jornal por Tomáz de Aquino Petraglia, colunista da sessão “Idéias de Hoje” e que defendia com afinco a pauta e problematizações pertinentes à classe trabalhadora. Defensor convicto das ideias defendidas por Leonel Brizola, o colunista apresentava uma realidade combativa aos conservadores locais e apoiava João Goulart e o PTB, não por alinhamento ideológico ou partidário, mas por esse partido oferecer possibilidades de ampliação da base popular na política. Em 1960, o colunista publica artigos no mês de janeiro tecendo críticas ao moralismo presente no discurso anticorrupção disseminado pelos conservadores, vistos em maior escala nos nichos apoiadores da candidatura de Jânio Quadros.

Juscelino Kubitschek foi levado pela conjuntura política da época a empreender o projeto desenvolvimentista, que privilegiou as oligarquias rurais, acentuando a situação de pobreza tanto da população urbana quanto da população rural. O nacional desenvolvimentismo executado no governo de JK expandiu as fronteiras agrícolas e modernizou os setores agrários sob as bases oligárquicas, efetuando, sobretudo um “modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos” (MOREIRA, 2008, p. 188). Em recorte regional, esse processo contribuiu para o fortalecimento da opinião política dessas oligarquias, que na soma com outros setores conservadores da sociedade, construíram as demandas políticas que levaram como consequência o apoio à candidatura e a postura conservadora de políticos como Jânio Quadros e Magalhães Pinto no final da década de 1950.

A estratégia dos conservadores consistia em um discurso apelativo anticorrupção. Com esse discurso, não havia a intencionalidade direta de acabar com a corrupção, mas criar um clima de opinião para que houvesse a descredibilização do governo JK e houvesse abertura de legitimidade política para os setores conservadores, representado principalmente pela União Democrática Nacional (UDN). A oposição do articulista Tomáz de Aquino Petraglia ao “moralismo” político dos conservadores não o transformava em um agente da *esquerda*, mas sim, da oposição. O discurso presente em seus vários artigos apresentados pelo jornal “Folha de Ituiutaba” declara a sua aproximação e alinhamento com o nacional desenvolvimentismo. O autor vê os conservadores da UDN como “oposição” e caracteriza-os como pregadores de um “liberalismo absurdo” quando “confiam numa aliança fraternal e

humana do Brasil com os Estados Unidos, mas condenam qualquer iniciativa político-econômica diferente da tradicional”.⁶⁹ O agente político em questão exercia grande força política no jornal, trazendo discussões que, para o contexto local, eram bastante radicais. Defendia e militava tendo como inspiração política o Deputado Leonel Brizola – que era liderança da ala radical do PTB -, que para os conservadores e para o D.O.P.S, significava grande indício de subversão e alinhamento com o comunismo. Posteriormente, em 1964, Tomaz de Aquino Petraglia responderá processo sob acusação de perturbação da ordem pública.⁷⁰

Porém, há um aumento da adesão ao candidato conservador, percebido no decorrer de 1960 com a adesão de outras legendas ao candidato, como o apoio vindo do Partido Republicano. Em uma nota publicada na última página do jornal “Folha de Ituiutaba” em maio de 1960, o PR mineiro comunicava apoio a Janio Quadros, em nota que transcrevia:

Belo Horizonte (Belpress) - Os círculos políticos mineiros receberam com surpresa a recente decisão da Convenção Nacional do Partido Republicano, que hipotecou apoio à candidatura do sr. Jânio Quadros à Presidência da República. Esperava-se que, pela posição do PR em Minas ao lado do PSD, a tradicional agremiação ficasse ao lado da candidatura do marechal Lott, o que não aconteceu. Revela-se, todavia, que a culpa da decisão não cabe à secção mineira - a mais importante do partido - que com poucas exceções preferiu ficar com o candidato situacionista mas teve seu ponto de vista superado em face da decisão das outras secções estaduais. No plano estadual, o PR continua ao lado da candidatura do sr. Tancredo Neves, nada sendo decidido à vice presidência. No tocante à vice governança de minas, o PR tem o seu candidato, o ministro Clóvis Salgado, que figura na chapa do sr. Tancredo Neves.⁷¹

Em Ituiutaba o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se fortaleceu no decorrer da década de 1950, tendo como político promissor José Arsênio de Paula – eleito pela primeira vez para o cargo de vereador em 1954 -, e que segundo Barbosa (2015) tinha relações diretas com Getúlio Vargas. Nacionalmente, o político personificado como a continuidade do projeto de Vargas era João Goulart, que atuou no governo do primeiro na função de Ministro do Trabalho. Essas relações entre representação política e agentes são caracterizadas por Gomes (2005) como a carga personalista característica do partido em questão. O PTB entra na década de 1960 com notável força política, tanto para a análise nacional quanto para a local. Nas campanhas para presidência, João Goulart permanece indicado para vice-presidência ao lado do Marechal Lott, opção do PSD.

⁶⁹ “A função do “moralismo político”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 9 de janeiro de 1960.

⁷⁰ “Pedido de *Habeas Corpus*”, **Pasta 0333**, Rolo 20B, imagem 9, 1964-1965.

⁷¹ O PR nacional era o partido originário do Marechal Lott, que constituía chapa com PSD e PTB. O Partido Republicano local não tinha alianças consolidadas, de modo que se oscila entre plataformas políticas que por vezes são opostas no campo de disputas políticas. Em momentos o PR lança apoio á UDN, e em outras horas se complacente com o PSD e PTB. “PR Nacional ficou com Jânio”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, 25 de maio de 1960.

A fusão política entre PSD e PTB no fim da década de 1950 já não tem a mesma representatividade em comparação com a campanha de JK: nos anos de governo deste referido presidente, há um acentuamento das relações entre dominados e dominantes, ao mesmo tempo em que há uma ampliação da participação popular no poder. O desenvolvimentismo que privilegiou as oligarquias contribuiu para um novo ajuste na política que distanciou os partidos PSD-PTB, ao passo que “no final da década de 1950, o PTB pendia mais para esquerda e para a defesa das reformas de base, enquanto o PSD mantinha a sua linha conservadora, principalmente no que dizia respeito à reforma agrária.” (CARLONI, 2010, p. 189) Marechal Lott veio a Ituiutaba lançar sua pré-candidatura em 1960, acompanhado de Tancredo Neves (pré-candidato ao governo de Minas Gerais), Clóvis Salgado e San Tiago Dantas (pré-candidato a vice-governador do estado mineiro). A vinda desses políticos foi empreendida pelos esforços do PSD local, conforme apresentado no Folha de Ituiutaba:

Segundo telegrama recebido pelo sr. Antônio Souza Martins, presidente do diretório local do PSD, está definitivamente assentada para o próximo dia 3 de julho a visita do Marechal Lott a Ituiutaba. O candidato das forças majoritárias à presidência da República deverá desembarcar às 9h30 horas no aeroporto local, realizando em seguida monumental comício em frente à Prefeitura. Depois de almoçar na residência do sr. Antônio Souza Martins o candidato nacionalista rumará para Uberlândia e Araguari.⁷²

Em comparação com a vinda de Jânio Quadros, a divulgação da vinda do Marechal Lott é exaustivamente divulgada no jornal “Folha de Ituiutaba”. Após essa chamada supracitada, que se apresentou inicialmente de maneira tímida, na quarta página do periódico, a divulgação acontece em todas as próximas edições do impresso, aparecendo a pedido dos apoiadores locais, mas também sob formato noticiário e ora panfletário. As mobilizações em torno da vinda do Marechal Lott evidenciam a tendência nacional desenvolvimentista do periódico e também demonstram a disciplinada organização das frentes que se dinamizavam, da Frente Nacionalista e do PSD e PTB locais. O progressismo desses setores sociais é caracterizado pela pluralidade, ao passo que tem em sua composição estudantes, trabalhadores de diferentes setores, profissionais liberais e comitês femininos organizados. Ao passo que a vinda de Jânio Quadros foi noticiada pelo periódico de maneira sucinta, a vinda do Marechal Lott foi apresentada de maneira preocupada e interessada, de forma que ocupa a primeira página da edição de 8 de junho de 1960, a primeira divulgada após a vinda do pré candidato, dia 3 de junho do corrente. Ao descrever o dia do comício de Marechal Lott e demais políticos aliados, o jornal Folha de Ituiutaba relatou que:

Ouvido com a máxima atenção por todos os presentes, o discurso do marechal Lott agradou plenamente a todos pela sinceridade e calor com que

⁷² “Confirmada a vinda do Marechal Lott dia 3 de Junho”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, 25 de maio de 1960.

expõe suas idéias.[...] depois falaram ainda Diógenes de Souza, [...] pelo diretório local do PR [...] depois de saudar os Ituiutabanos, reafirmou a posição da seção mineira de seu partido, o PR, de inteiro apoio aos candidatos situacionistas. O candidato a vice-governador do Estado na chapa encabeçada pelo sr. Tancredo Neves, mostrou assim a sua nunca desmentida lealdade aos mineiros, mormente para com aqueles que em S. Excia. depositam grandes esperanças, eis que inegavelmente o dr. Clóvis Salgado é uma das maiores reservas morais de Minas e do Brasil. Encerrando apoteoticamente o comício, falou o dr. Tancredo Neves, candidato a governador de Estado pela coligação PSD-PR-PTB, cujo discurso foi um verdadeiro hino de fé e esperança nos destinos de Minas e do Brasil.

Em Ituiutaba, o candidato escolhido como sucessor de JK levou aos setores conservadores uma mobilização de críticas feitas por essa oposição. Uma das bases discursivas desses políticos e setores sociais era o discurso “anticorrupção”, que corrobora, a nível nacional, para a diminuição da popularidade de Juscelino Kubitschek no fim do seu mandato e no recorte local produz um fortalecimento da UDN e uma perseguição estratégica de políticos progressistas e militantes de causas sociais. Sobre o moralismo desta campanha anticorrupção, Tomás de Aquino Petraglia, advogado que dava contribuições para o jornal “Folha de Ituiutaba”, demonstrava em sua sessão “Idéias de hoje” um repúdio ao que ele denominava o “moralismo político”, referindo-se ao discurso anticorrupção que se disseminava. Em síntese, o articulista apresenta o termo “moralismo político” como “a idéia, segundo a qual os problemas nacionais somente se resolverão, quando se banirem as “forças da corrupção” do Poder e nele só colaborarem homens de bem.”⁷³ E sobre os autores e práticos desse moralismo, Tomás de Aquino Petraglia escreve que:

Os políticos moralizantes, entretanto, não são homens de bem, mas homens de bens. Porque a idéia, que defendem, e a única que, no momento, serve para a consagração do privilégio de alguns e para a conservação da miséria da maioria, para tranquilidade dos grupos econômicos estrangeiros e dos latifundiários nacionais.⁷⁴

Este “moralismo” característico dos conservadores é marcante quando se utiliza de valores conservadores hegemônicos na sociedade, como a meritocracia por exemplo. A técnica de elaboração de um discurso meritocrático para apresentação da figura de Magalhães Pinto é o alvo das críticas de Tomás de Aquino Petraglia. Um exemplo desse jogo discursivo é percebido na segunda página do jornal Folha de Ituiutaba, em 31 de agosto de 1960, ao estampar um projeto gráfico em que tinha em primeiro plano um jovem pintando um saco genérico com a sigla MG e ao lado a mensagem “de menino operário a governador de Minas”, e logo abaixo um texto apelativo narrando, em linhas gerais, a trajetória do candidato á presidência Magalhães Pinto, e com letras garrafais atraindo o leitor para o fim do texto, em que havia o destaque para a frase “Vote em Magalhães Pinto, quem vai ganhar é a sua cidade,

⁷³ “A função do “moralismo político”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 9 de janeiro de 1960.

⁷⁴ *Idem*.

quem vai ganhar é você!”.⁷⁵ Essa argumentação política que partia do discurso anticorrupção, meritocrático e a exaltação dos valores morais da classe trabalhadora é característica das retóricas conservadoras da época, e esses eram os focos das denúncias de Tomáz de Aquino Petraglia, publicadas logo no início de 1960.

Tomáz de Aquino Petraglia também tem marcante expressão no engajamento com o movimento comunista na região e do estado de Minas Gerais, compondo a delegação de Ituiutaba para o Iº Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Em julho de 1961, Jofrey Corrêa Neto, agente comunista, elaborou um relatório sobre as ações dos camponeses fundando e reorganizando suas ações no interior do estado de Minas Gerais. O documento entregue a Elson Costa dizia que em Ituiutaba,

... foi indicada a seguinte comissão que virá participar da delegação ao Iº Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas: Sr. Manoel Moraes (fazendeiro e industrial) - que prometeu vir pessoalmente ao congresso e custear a despesa de mais dois delegados participantes: Tomás Petraglia (presidente da comissão) (sic), Hermelindo José de Oliveira, Augusto Rodrigues Ferreira, Daniel Silva Melo, Júlia Maria Neri, José Silva, Ademar Luis da Silva (residente em Santa Vitória e encarregado da delegação de Santa Vitória), João de Freitas Gomes (presidente da Associação dos Tabalhadores de Ituiutaba, Manoel Cândido da Silva (residente em Cachoeira Dourada, encarregado da delegação de Cachoeira Dourada), Professor Jaime de Moraes (do Instituto Mara), Alberico Alves Parreira (estudante), Jerônimo Leopoldino, Ricardo Golçalves Rocha (residente no canal de São Simão e encarregado da delegação de São Simão)⁷⁶

Segundo o documento, Tomaz Petraglia cumpre uma função importante para mobilização de trabalhadores e associações agrícolas no contexto local e regional. O Congresso em questão estava para acontecer nos dias 29 e 30 de outubro e 1, 2 e 3 de novembro do mesmo ano, 1961. As mobilizações são circundadas por uma conscientização política alinhada ao comunismo, visto que os agentes comunistas estavam promovendo um fortalecimento da organização de trabalhadores em todo o estado de Minas Gerais, tanto em Belo Horizonte – com o foco principal dos operários nas fábricas –, quanto nas zonas interioranas do estado mineiro, que consistiam em um ponto principal para ação política e expansão da atividade de cunho revolucionário. A perspectiva central do congresso era mobilizar as massas campesinas para o protagonismo político, visando a justiça social pela sua principal conquista objetivada: a reforma agrária. A justiça para os povos do campo era vista pelos comunistas como latente e primordial, e assim o Partido Comunista Brasileiro, ainda na sua ilegalidade, também alçava, com essas mobilizações, à volta para legalidade e participação na esfera institucional democrática.

⁷⁵ “De menino-operário a governador de Minas”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 31 de agosto de 1960.

⁷⁶ “Relatório do trabalho feito na cidade de Ituiutaba”, **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagem 36, 11 de julho de 1961

Em suma, Tomaz Petraglia estava incluído nas mobilizações e articulações entre os trabalhadores do interior de Minas Gerais, sob as nuances trabalhistas e comunistas. O trabalho de base era feito em paralelo com a militância na imprensa periódica, porém com a cautela precisa para a conjuntura local. A visão política comunista desse agente não é escancarada nos seus artigos para o jornal, porém é percebida a oposição ao ideário nacional desenvolvimentista e a denúncia aos conservadores. No recorte que parte de 1960 a 1964 nota-se que as problematizações e perspectivas do agente em questão se deslocam cada vez mais para o extremo da esquerda política. Tomáz Petraglia se ausenta da escrita para o jornal por todo o ano de 1960, provavelmente para tratar de assuntos de mobilização política, visto que era delegado do Iº Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.

Em 1961, o jornal “Folha de Ituiutaba” inicia seus trabalhos sob um novo visual, tido que o diretor adquiriu uma impressora linotipo no ano anterior, e esta otimizara a diagramação e fontes textuais do periódico. Ao passo que o jornal tem uma maior periodicidade de rodagem, passando a ser semanal, por outro lado, deste ano em diante, o jornal tem uma redução de seus artigos de opinião e posicionamentos políticos, condensando suas impressões para utilização de publicidade e notícias sobre discussões da câmara de vereadores. O periódico assume um tom crítico diante do governo de JK, apontando seus fracassos, sendo delineado como principal o fato das rodovias que não tinham sido finalizadas até aquele momento. O recenseamento que apresentou um total de 56.262 habitantes no município, sendo 29.174 na cidade e 27.078 no campo e o aumento dos acidentes de trânsito eram os principais assuntos discutidos no período do primeiro semestre no periódico⁷⁷.

Em janeiro de 1961 tomam posse os candidatos eleitos para os cargos de governador do estado de Minas e de presidente da república, empossando Magalhães Pinto e Jânio Quadros respectivamente. Com isso é notada uma tentativa de neutralidade do periódico como posto estratégico, dada a recente posse dos políticos. O jornal transcreve uma mensagem de Magalhães Pinto endereçada aos jornais interioranos do estado, em que o governador logo após sua posse do dia 31 do referido mês, agradece imensamente ao papel de toda imprensa do estado para corroborar com sua eleição.⁷⁸ Nesse ínterim de posses dos conservadores, em Ituiutaba os trabalhistas assumem o poder na câmara de vereadores, dando ao PTB a Mesa dirigente para elaboração das medidas políticas a serem discutidas no ano corrente. Em fins do mês de fevereiro, o jornal “Folha de Ituiutaba” noticia que:

Quando tudo fazia crer fosse questão pacífica a reeleição do presidente e demais componentes da direção da Câmara, os trabalhistas, mediante uma ação bem planejada e melhor executada, burlaram a vigilância do

⁷⁷ A partir deste ano, o jornal não mais imprime duas edições por semana, que faz remover a titulação de “Bisemanário”, e tornando seu cabeçalho restrito à nomenclatura “Folha de Ituiutaba”. **Folha de Ituiutaba**, 1961/1

⁷⁸ “Mensagem do governador Magalhães Pinto aos jornais e emissoras do interior mineiro”, **Folha de Ituiutaba**, 18 de fevereiro de 1961

situacionismo e, neutralizando os esforços de última hora que ainda se esboçaram, tomaram nas mãos o leme da náu legislativa de Ituiutaba.

O PTB tinha um aumento da adesão local e não sofria das crises de popularidade que o PSD sofrera devido a perseguição à figura política de Juscelino Kubitschek. Tanto que João Goulart havia sido eleito para vice-presidência. O trabalhismo ainda se apresentava como um ideário da população, apoiado por setores da esquerda que não se conformavam com a política de conciliação de JK nem com o retrocesso representado pelos conservadores.

Não tardou para aparecer as primeiras críticas ao governo que se iniciava. Em menos de dois meses do governo de Jânio Quadros, o jornal já trazia em sua primeira página de exemplar a crítica voraz às políticas de reforma cambial executadas pelo presidente em questão. Tais políticas estavam atreladas a uma dinâmica internacional que tinha na base um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e que beneficiava os grandes detentores de capital e ferramentas de produção. O jornal Folha de Ituiutaba diz que “como se a vida de uma Nação fôsse conta de armazém, o atual governo não mediu ou fez caso omisso das dolorosas consequências que acarreta para a grande maioria dos brasileiros.”⁷⁹

O contexto de dominação da economia interna pelo imperialismo desde 1960 já era percebido, como por exemplo, no exame de interesse de corporações europeias na aquisição do matadouro local de Ituiutaba (MG).⁸⁰ No plano internacional havia cada vez mais latente um discurso de polarização em decorrência da Guerra Fria. A Revolução Cubana, em 1959, provoca uma onda de debates e posicionamentos em todo o território nacional. Um país latino-americano que adquire forte representação de vitória popular diante do imperialismo passa a inspirar discursos políticos locais e encoraja propostas e leituras políticas que caminham para intensificação dos posicionamentos. O jornal “Folha de Ituiutaba”, em sua predominância nacional desenvolvimentista de conceber a política, enxerga na revolução cubana a concretização da vitória da Nação. O jornal elenca os Estados Unidos da América como um empecilho para liberdade do continente. Ao comentar sobre a tentativa de invasão de Cuba pelos EUA em 1961, é dito pelo jornal que “é uma situação sob todos os aspectos lamentável para o nosso Continente, e decorre, sejamos justos, principalmente da intolerância dos norte-americanos para com as reformas introduzidas na economia cubana pelo governo revolucionário de Fidel Castro.”⁸¹

Em um documento intitulado “Cadernos para teses de discussão”⁸², que estava na posse do comunista Elson Costa, são apresentadas as leituras do imperialismo nesse contexto.

⁷⁹ “Custo da vida pode levar o povo ao desespero!”, **Folha de Ituiutaba**, 25 de março de 1961.

⁸⁰ “Firma alemã interessada na aquisição do Matadouro Industrial”, **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região, 12 de março de 1960.

⁸¹ “Os Estados Unidos, Cuba e nós” **Folha de Ituiutaba**: Bi-semanário dedicado aos interesses da região. 7 de janeiro de 1961, p. 1

⁸² Cadernos I e II, **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagens 73-126

As lutas anti-imperialistas no Brasil representam um cenário de aguçamento das demandas sociais e a identificação do imperialismo como um mal para a população como um todo. Sob a ótica comunista o imperialismo é lido como uma dinâmica que beneficia “os setores reacionários e os latifúndios”, e o conflito diante essa elaboração política se dá por consequência da “elevação da consciência política” das massas trabalhadoras. O documento visa um futuro de maior atuação política e justiça social, quando percebe naquele contexto um “processo de fortalecimento da Frente Nacionalista e democrática”, o que de fato é perceptível nas mobilizações para reestruturação da Frente Nacionalista local em Ituiutaba.

Nesse ínterim foi organizada uma assembleia de camponeses na cidade de Piumhi, oeste de Minas, com a intencionalidade de mobilização popular, visando principalmente a situação dos sitiantes daquela região. A assembleia em questão contou com ajuda da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, órgão e evento desenvolvido através do plano de ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A mobilização contava com apoio local, principalmente de determinados setores da imprensa, vista pelo jornal “Alto São Francisco”, que tinha como redator Sérgio Firmino, o contato principal para mobilização local e estratégica visando reunião dos camponeses. Em comunicado emitido e espalhado entre os partidários, se identificava as lideranças a quem procurar para reunião. Além de Sérgio Firmino como expoente da imprensa local, para realização da assembleia era recomendado:

No mesmo dia a pessoa deverá ir para o campo onde encontrará o sr. Joaquim Rodrigues. Este sr. à noite, no centro espírita combinará com os demais (Sr. Joaquim Bento - que foi delegado á I Conferência Nacional do Campo, em São Paulo; sr. Antônio Pereira e sr. Altamiro Pereira) a convocação e realização imediata de uma assembléia local dos camponeses. [...] Na cidade tem vários elementos que poderão participar da conferência Estadual, pois têm relações no campo. Entre eles conta-se: Srs. José Guilherme (atualmente trabalhando no Matadouro e José Pereira e seu filho (ambos tocam lavoura). Todos poderão ser encontrados por intermédio do sr. Sérgio Firmino.⁸³

A cidade de Piumhi está localizada em um ponto estratégico do território mineiro: a oeste do estado, está próxima da divisa com São Paulo e situa-se em uma das regiões conflitantes diante as relações entre terra e trabalho. Essa é uma hipótese levantada para essa situação, mas em suma o documento deixa evidente as atividades do PCB e a organização dos movimentos do campo. A convocatória para essa reunião estava na posse de Elson Costa quando este foi preso mais de uma década depois, em 1975. Porém, na ocasião da assembleia o agente político estava em pleno fervor de mobilizações tanto campesinas quanto no perímetro urbano. Elson era atento principalmente para as movimentações políticas que

⁸³ “Pium-hí”, **Pasta 0093**, Rolo 009, 27/06/1961

ocorriam entre os camponeses de Minas Gerais, região do nordeste brasileiro e São Paulo, buscando avaliar as estratégias e possibilidades de uma revolução no Brasil.

O referido Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas era fruto das mobilizações da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais (ATAMG), órgão que contava com a colaboração dos comunistas. A ATAMG é um elemento que contribui para a leitura das ações políticas do PCB: o partido se encontrava na ilegalidade, a maneira que encontraram para executarem organizações de classe e ações políticas se apresentava sob o plano legalista das organizações trabalhadoras formais, dentre elas, a ATAMG. No interior do Brasil se delimitava o principal conflito entre classes, o ponto nevrálgico para aqueles que visavam a justiça social e também para aqueles que desejavam manter seus privilégios: a reforma agrária. Assim se dá início para década de 1960 no Brasil, diante conflitos travados no campo e na cidade, e diante a reforma agrária, que se apresentava uma questão que perpassava os debates e disputas de economia, política e sociedade. Para a análise que parte de 1961 até 1964 é oportuno reconstituir as identidades, as ações e pensamentos dos agentes políticos envolvidos nas movimentações da época.

Digamos que Jânio Quadros não possuía uma política restrita a uma ordem partidária e/ou ideológica. Hora atacava o governo anterior, de JK, e hora elogiava-o e dava continuidade às suas políticas. No primeiro semestre de 1961 Jânio “tomou uma série de pequenas medidas que ficaram famosas, destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral”⁸⁴. Também privilegiou direitos do funcionalismo público, com a exceção dos militares que tiveram suas vantagens reduzidas. Administrou para uma “maior centralização de poderes com a adoção de uma mecânica de decisões que diminuísse o peso do Congresso Nacional e ampliasse a esfera de competência da Presidência”⁸⁵. O movimento sindical e as ligas camponesas cresciam massivamente e acentuava os conflitos sociais:

...começou a ganhar corpo um movimento político a favor das chamadas reformas de base e de uma reorganização institucional. O próprio movimento sindical estabeleceu relação ambígua com o governo, apoiando a política externa, combatendo a econômica e divergindo, em sua maioria, da proposta de abolição do imposto sindical, sustentada pelo ministro Castro Neves.⁸⁶

Sua política econômica foi a grande infelicidade de seu posto presidencial: criticada nacionalmente pelos setores populares, a política em questão atendeu aos interesses do setor exportador e dos credores internacionais, punindo fortemente os grupos nacionais que haviam contraído financiamento externo durante a administração anterior. Na política interna, essas medidas econômicas despertaram um maior furor das críticas elaboradas pela oposição. Na política externa, resultou em novos acordos financeiros. Uma política plenamente aceita pelo

⁸⁴ **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

⁸⁵ *Idem.*

⁸⁶ *Idem.*

governo dos Estados Unidos, nação que imperava seu formato de políticas econômicas e provocava uma polarização das nações imperialistas. Contudo, Jânio levou adiante o estabelecimento de relações com o bloco socialista.

As relações entre os países americanos e os Estados Unidos foram debatidas em agosto na reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, conhecida como Conferência de Punta del Este. Ao fim da reunião, Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba, viajou para a Argentina e, depois, para o Brasil a fim de agradecer a posição tomada por esses dois países para impedir a discussão de qualquer tema político na conferência. Jânio aproveitou o encontro com Guevara para pedir, com êxito, a libertação de 20 padres espanhóis presos em Cuba e discutir as possibilidades de intercâmbio comercial por meio dos países do Leste europeu. Finalmente, em 18 de agosto condecorou o ministro cubano com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o que provocou a indignação dos setores civis e militares mais conservadores.⁸⁷

Jânio Quadros não conseguiu sustentar sua legitimidade política diante essa inconstância de relações internacionais. Para o contexto de Guerra Fria, a necessidade de anexo às nações imperialistas e um alinhamento às suas plataformas era imprescindível para sustentação das lideranças políticas em países latino-americanos. O presidente renunciou ainda no mês de agosto, provocando como desdobramento uma grave crise de governabilidade: o vice-presidente que assumiria seu posto era João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro e que na semana da renúncia estava em viagem diplomática à China. Foi disseminada uma histeria que conspirava sobre João Goulart ser comunista, mas que não fazia sentido, ao passo que:

O ministro da Fazenda, Walter Moreira Salles, implementando uma política econômica-financeira ortodoxa, com um programa rígido de combate à inflação, esforçava-se para ganhar credibilidade dos banqueiros internacionais. A viagem de Goulart, portanto, tinha por objetivo apoiar as medidas de seu ministro. (FERREIRA, 2008, p. 351)

Houve ameaças de ruptura com o regime democrático, mas que foram contornadas diante a proposta de parlamentarismo, o que garantia o mandato de João Goulart até 31 de janeiro de 1966. O jornal “Folha de Ituiutaba” noticiava a posse de Jango para presidência como “um fim a uma das mais graves crises político-militar que abalou o País durante 12 dias, ameaçando seriamente nossas instituições democráticas.”⁸⁸ Assim que assume, o governo João Goulart se depara com o cenário de ampla base popular de governo que demandava pagamento das dívidas históricas da nação, que eram pregadas pelas esquerdas e pelo próprio: as reformas de base, que segundo Ferreira (2008) tratava-se de um “conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ “Em regime parlamentarista, assumiu a presidência da República o Sr. João Goulart”, **Folha de Ituiutaba**, 9 de setembro de 1961.

desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social.” (FERREIRA, 2008, p. 351).

Com a posse de João Goulart há como consequência, o encorajamento dos movimentos sociais em prol da defesa das reformas de base. As principais reformas se apresentavam sobre a situação bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. Sobre essa última medida, foi recebida com ânimo pelos agentes que se movimentaram em clandestinidade por toda década de 1950, segundo Jorge Ferreira (2008) o PCB “participava ativamente da vida política nesse momento. Superando a linha ultra esquerdista e sectária que havia adotado até então, o partido, com a Declaração de Março de 1958, passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo” (FERREIRA, 2008, p. 352).

Esse movimento de adesão do PCB para transição democrática e pacifista ao socialismo é uma plataforma elaborada e discutida internamente no Partido que pode ser percebida desde as “Anotações sobre o XX Congresso” em 1956, apontamentos de Elson Costa apresentados no início do capítulo anterior. Em documentos do período de João Goulart na presidência, notam-se teses que trabalham para manutenção do governo sempre visando a efetivação das reformas de base. A defesa em prol das reformas de base cresciam em todo território nacional.

Todavia, o governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN) utilizava de todas as ferramentas de poder alcançáveis para desestabilizar João Goulart. Nesse ponto o PCB mineiro cumpriu um papel importante para formação política da população, ao elaborar materiais que discutissem as reformas de base no próprio estado. Nos “Cadernos para teses de discussão” há a exaltação das forças políticas “nacionalistas e democráticas”, vistas como contrárias aos setores reacionários da sociedade que aproximaram o país de uma “guerra civil”. Mas a articulação promovia um sentimento de vigilância dos comunistas diante as políticas de João Goulart, quando se lê que:

Ao mesmo tempo o governo Goulart-Hermes Lima, em voz das reformas de base prometidas, procura traçar planos econômicos baseados na “Aliança para o Progresso”, cujos recursos, como é sabido, só serão cedidos em troca de compromissos políticos profundamente contrários aos interesses nacionais [...] Os comunistas não podem deixar de colocar-se contra a política do atual governo, que visa enganar as massas e desviá-las da ação⁸⁹

Essa postura vigilante deriva da experiência política do Partido Comunista Brasileiro. Elson Costa pertenceu ao Comitê Central do PCB nos anos de 1946 e 1947. Ele faz interpretações políticas de diferentes regiões do estado de Minas Gerais e até estendendo para a militância em outros estados. Têm uma profundidade analítica que, ao mesmo tempo em

⁸⁹ Cadernos I e II, **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagens 73-126

que comunga com o projeto de poder do Partido, também busca delinear as particularidades, as aproximações e distanciamentos da luta comunista com as diferentes realidades presentes no estado mineiro. Essa forma de ação é construída na trajetória de Elson Costa, um militante comunista, pacifista que sofre de perseguição e espionagem desde o Estado Novo, e que é originário do sertão mineiro, distante dos grandes centros de movimentação política. Isso traz a motivação subjetiva para sua preocupação diante a classe trabalhadora camponesa. Sobre organização do partido e reformas, Elson Costa escreve em 1963 que:

...o desenvolvimento político coloca o Partido diante de novas situações diante de novos problemas exigindo constante iniciativa política e organizativa. A questão da estrutura orgânica e da política de organização adquire particular importância ante a amplitude que vai tomando o movimento de massas. Disso decorre a necessidade de estabelecermos uma política de reformas de acordo com a realidade estadual. (Elson Costa, “s/org.”, s. d., Pasta 0096, Rolo 10, Imagem 141)

Em 1963, lê-se na primeira página do periódico “Folha de Ituiutaba” elogios á política econômica de João Goulart, alinhado ao “Aliança para o Progresso” e visto no “Plano Trienal”. Caracterizando o plano como “cuidadosamente pensado” por Celso Furtado, havia o posicionamento e credibilidade do periódico em prever “o início da equação dos problemas básicos do Brasil”.⁹⁰ O Plano Trienal - divulgado uma semana antes do plebiscito que retomou o presidencialismo como forma de governo – tinha como metas principais “combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico [...] implementar reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, na estrutura agrária” (FERREIRA, 2008, p. 364) Para os comunistas da época, as reformas eram um ponto nevrálgico para mudança social, partindo do pressuposto de que essa mudança não acontece espontaneamente, pois:

Somente através de grandes movimentos de massa em torno destes e outros objetivos será possível modificar a correlação de forças políticas e marchar a formação de um governo nacionalista e democrático. É errôneo pensar que as condições para uma mudança profunda na composição e da política do governo surgem de maneira puramente espontânea, como simples resultado do agravamento dos problemas de estrutura, ou como combinações de cúpula dos agrupamentos políticos⁹¹

Nesses trabalhos de base que tinham como proposta a articulação entre governos nacionalistas democráticos e comunismo, é percebida a preocupação em elaborar materiais de formação política de interpretação marxista e com a proposta de sociedade livre de classes. Em fevereiro de 1963 Jacob Gorender envia por correspondência a Elson Costa um estudo das bases econômicas que constituíram o Brasil⁹². Esse material serviu de referencial para elaboração dos cadernos mencionados neste trabalho. Fazendo o recorte para o estado de

⁹⁰ “O Plano Trienal de Celso Furtado”, **Folha de Ituiutaba**, 5 de janeiro de 1963

⁹¹ Cadernos I e II, **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagens 73-126

⁹² **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagem 50, 27 de fevereiro de 1963

Minas Gerais, no mesmo ano é publicado “Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático”⁹³, que tem como pano de fundo o ideário nacionalista, mas que em suma busca a justiça social por meio das reformas, que dava impressão de estar próxima de uma conquista popular.

Jorge Ferreira (2008) articula o golpe como consequência da radicalização dos discursos e projetos de poder na década de 1960. O autor caracteriza os setores de esquerda e direita da sociedade como “antidemocráticos” nesse período, os quais demandavam pautas econômicas e políticas que descartavam o entrave democrático, mas sim, ansiavam por um confronto direto entre esses setores; e que diante a narrativa do autor, percebidos complexos jogos políticos, culmina na inflamação dos setores militares – embebidos em um discurso reacionário gestado pela classe média – para tomada dos lugares de poder outrora garantidos pelo voto popular. Há a ilustração de um João Goulart vacilante entre os setores radicalizados, mas que em consonância ao projeto de reformas de base e a coerência diante seu eleitorado – a classe trabalhadora -, leva-o à aliança com a esquerda radical – representada na época pelo PCB, a ala radical do PTB representada por Leonel Brizola, a Frente de Mobilização Popular, a União Nacional dos Estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores – que não se propunham à negociação de suas propostas.

Entretanto, pelos documentos apresentados neste trabalho, se percebe o esforço político de agentes de *esquerda* em afirmar e legitimar as instâncias democráticas. Tal ação é percebida, por exemplo, na ação de Elson Costa no estado de Minas Gerais, que desde 1956, na escrita das “Anotações sobre o XX Congresso” - apresentadas no segundo capítulo deste trabalho -, já apresenta a proposta de uma mobilização popular pacífica em prol da estabilidade democrática do Estado brasileiro. Desde 1954, quando o jornal “Folha de Ituiutaba” publica o artigo “Grave ameaça á liberdade de pensamento”, também é percebido em recorte local a mobilização entorno de denunciar as ações arbitrárias de repressão vindas do Estado, e conclama a necessidade de se prestigiar a pluralidade de ideias e propostas de sociedade.

Assim sendo, concordamos com a perspectiva histórica de Caio Navarro Toledo (2004), que ao comentar sobre a tese da radicalização dos discursos, defendida por Jorge Ferreira (2008), vê esse trabalho incluído no amplo grupo de discussões em torno da efeméride dos 40 anos, e tece uma crítica no sentido de analisar o trabalho como expressão do chamado “recuo ideológico dos setores progressistas”, ou seja, há uma condenação do papel histórico das esquerdas, levando a uma interpretação de golpismo vindo desse setor, mesmo não havendo menção a esse termo.

⁹³ “Os comunistas mineiros na luta por um governo nacionalista e democrático”, **Pasta 0093**, mar. 1955 – dez. 1963

Porém, cabe salientar o caráter revolucionário das esquerdas, que trabalhavam por um projeto de poder comunista; diferente dos setores conservadores que viam no antidemocracismo a possibilidade de perpetuar a dominação e exploração. Nas discussões entorno da possibilidade de se implantar a revolução no Brasil, Elson Costa, diante a situação do Estado de Minas, leu a sociedade da época com otimismo ao perceber a ampliação das bases populares na disputa política. Toledo (2004) caracteriza o golpe como resultante da popularidade dos ideais golpistas no seio da sociedade, de forma que o ideário fora construído por setores conservadores e liberais, que tentaram golpear a democracia desde o varguismo, porém foi exitoso em 1964 devido o apoio civil, representado principalmente pela classe média e caracterizando golpe civil militar. Esse aspecto foi evidenciado no trabalho, sob a leitura regional de elaboração do anticomunismo, visto no artigo de Petrônio Rodrigues Chaves sobre as mobilizações políticas acontecidas na primeira metade da década de 1950.

Sobre o governo de João Goulart, Toledo (2004) também responsabiliza os setores radicais de esquerda pela aproximação e deferimento do golpe, entretanto fundamenta sua crítica nas ineficazes formas de organização, em contraste com Ferreira (2008), que responsabiliza-os em predominância pelos discursos inflamados e propostas legislativas inflexíveis. A conclusão de Toledo (2004) é tomada para evidência de que as esquerdas, em momentos de radicalização, se enfraqueceram em termos de organização, o que corroborou para o golpe civil-militar. Tal reflexão é elucidada nas discussões do Partido Comunista Mineiro que, no governo de João Goulart, se distancia do plano estadual e articula para os movimentos nacionais, abrindo espaço para o conservadorismo de Magalhães Pinto no governo de Minas Gerais.

Ao apresentar um balanço da historiografia sobre o governo Jango e ditadura civil-militar, dinamizada nos últimos anos, Mattos (2008) faz destaque para a superação do teologismo ao se reconhecer no campo historiográfico, que o governo João Goulart deve ser estudado in loco pela ciência histórica, assim como o recorte temporal que sucede golpe civil-militar. Há o surgimento de novas produções que por sua via são conduzidas pela preocupação em perceber o governo e a figura de João Goulart em suas particularidades, sem restringi-lo como apenas um período que antecede o golpe civil empresarial militar. Surgem novas preocupações e problematizações, circundantes ao governo João Goulart, a memória a respeito do presidente e do período; as imagens difundidas no senso comum sobre esse recorte temporal. Investigações sobre anticomunismo difundido no período e interpretações do discurso conservador da época levam a uma leitura do protagonismo civil como essencial para o golpe. Essas novas abordagens e leituras muito devem à abertura de arquivos e a permissão para investigação de documentos inéditos. Mattos (2008) apresenta que tal movimento é influenciado pela perspectiva da “história política renovada”, em que consistem estudos

orientados por preocupações a respeito da “dinâmica de tomada de decisões por parte dos gestores do Estado, assim como a respeito do embate entre memórias rivais sobre aquele marco central para o nosso presente”, o que traz a negação da avaliação daqueles contemporâneos de Jango, que se pautavam em análises “mecânicas” (MATTOS, 2008, p. 261). Assim sendo, a proposta da “história política renovada” é sustentada na aproximação da história política com a história social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A princípio, este trabalho se dedicou a compreender as expressões de esquerda no campo de disputa regional. No desdobrar da investigação se apresentaram múltiplas possibilidades para narrativa histórica, que pelas fontes nos foi possibilitado ler, com maior detalhamento, a sociedade regional e local dos anos 1950 e início da década de 1960, em Ituiutaba (MG), Triângulo Mineiro, e ainda alcançando as maiores movimentações na larga extensão territorial de Minas Gerais. O contexto histórico descrito neste trabalho revelou agentes históricos que foram esquecidos, de certa forma, por se localizarem em espaços distantes dos “grandes centros” e também por terem orientação no espectro de *esquerda*, sendo combatidos e silenciados pelo regime militar, período posterior ao recorte analisado.

Várias questões surgiram durante a análise, que foram sendo orientadas pela problemática inicial, por sua vez conduzida em investigar a atuação de agentes que tinham orientação política situada no espectro da *esquerda* e perceber a pluralidade política que contrariava os setores dominantes. Essas questões são apontadas nestas considerações que visam concluir esta pesquisa, feitas com o intuito de mapear as possibilidades de adensamento para a pesquisa, em diálogo com as fontes indicadas, visto que há um arquivo de numerosa quantidade de documentos, os quais foram buscados para a construção deste trabalho. A resposta à questão inicial foi colocada no argumento do trabalho, que no decorrer dos capítulos efetivou-se sob a construção do cenário político e social da época e os agentes nela inseridos. Através das interpretações de Elson Costa nos foi possibilitada a leitura do período em questão sob uma ótica particular, de um comunista que atuou no estado de Minas Gerais e também na mobilização de trabalhadores. Por meio das análises políticas de Elson Costa nos foi proporcionado saber das articulações e expressões da política de *esquerda* no recorte estudado. Dessas articulações houve o desdobramento de localizar uma maior quantidade de participantes dessas mobilizações políticas, preenchendo lacunas e suscitando novas questões em torno da história política regional e local.

A respeito desses agentes é de fundamental importância o reconhecimento e valorização dos arquivos, enquanto guardiões de fontes de imenso potencial para exploração e pesquisa. Para este trabalho houve a consulta concentrada no Arquivo Público Mineiro, que inventaria documentos do Estado e de arquivos privados de interesse público e social. O Arquivo é administrado pela Secretaria do Estado de Cultura, demonstrando a necessidade de políticas do Estado para manutenção dos arquivos e documentos de importância para a sociedade. Em se tratando do ofício do historiador, essas instituições arquivísticas, guardiãs da memória social são fundamentais para a escrita da história. Neste trabalho foi percebido a

potencialidade para utilização dos acervos presentes em arquivos públicos, nesse caso o A.P.M., que também, por meio da sua ferramenta de busca e acessibilidade virtual proporcionou a concretização deste trabalho. O Arquivo Público Mineiro foi a primeira instituição a armazenar os periódicos “Folha de Ituiutaba”, que neste trabalho foram consultados via Hemeroteca Digital, que sistematizou as digitalizações para melhor consulta, em um acervo dedicado especialmente para arquivamento de periódicos impressos.

Outra observação a respeito da fonte é o local de fala, a autoria dessas fontes. No Arquivo Público Mineiro existe um extenso material provindo do D.O.P.S, que em suma consiste em investigações policiais e materiais apreendidos. A perspectiva adotada, para a análise feita nesse trabalho, foi de aproveitar a disponibilidade dos materiais apreendidos e adotá-los como ponto de referência para narrar as movimentações de *esquerda*. Por meio da seleção dos materiais que estavam na posse de Elson Costa foi possível a construção de uma narrativa que se apropriasse das investigações policiais apenas no que tange em valorizar também o ponto de vista desses órgãos, para compreensão de uma conjuntura política complexa. Contudo a postura adotada foi de avaliar as fontes partindo de sua autoria, ou seja, perceber a visão daqueles que produziam e utilizavam daqueles materiais apreendidos, e não dar enfoque nas informações referentes aos objetivos de sua apreensão ou às interpretações do D.O.P.S., pois se partíssemos dessa visão e ponto de vista, o trabalho se apresentaria superficial e de análise arbitrária.

Com as análises do material apreendido de Elson Costa, têm-se como desdobramento o contato com listas de agentes companheiros da luta política comunista, o que nos leva para tantas outras pastas e sessões do Arquivo Público Mineiro. Essa interconexão de ações, quando percebidas sob o arcabouço teórico da história regional, nos elucida uma escrita histórica que traz novas perspectivas do passado histórico, importantes para o conhecimento e a problematização do passado político local. Quando vemos na situação de Ituiutaba (MG) é evidente o potencial de pesquisa para investigar a ação de *esquerda* nesse recorte, pois ainda há significativa documentação que indica maiores movimentações na cidade e região, mas que deve ser examinada com maior exatidão e tempo de pesquisa, mas sendo oportuno lançar os indicativos e possibilidades de pesquisa. Em notas de Elson Costa, são constantes as anotações indicando “vermelhos” no Triângulo Mineiro⁹⁴, mas que sutilmente apresenta em números e rápidas anotações – não fornecendo maiores informações, mas indicando a existência de pessoas -, visto o caráter de rascunho e que tais notas apresentavam um significado descartável para Elson Costa.

Para além do aspecto político e social, essas fontes também evidenciaram a

⁹⁴ “Contagem de comunistas na região do T. M.” Destaque para a grafia: “Camponêses” “Ituiutaba: 5”, **Pasta 0096**, Rolo 10, 10 de agosto de 1961.

perspectiva de análise econômica da história. Elson Costa apresenta estudos de economia em toda sua produção, de modo que a análise dessa estrutura e sua influência para as dinâmicas sociais cumprem papel central nas elaborações. O jornal Folha de Ituiutaba também evidencia a esfera econômica no contexto histórico, tendo sido possível a sua leitura para elucidar as movimentações nos modos de produção e de construção da indústria nacional na época. Em síntese, Elson Costa é compreendido como um teórico político. Nas suas anotações, que consistem em ensaios sobre temáticas políticas, se percebe o rigor científico e referencial para suas produções. Há pastas que consistem, quase que na totalidade, em fichamentos a respeito da teoria política comunista. Também cabe reiterar a informação de que Elson Costa teve correspondência com Jacob Gorender – importante historiador e cientista social marxista -, em colaboração intelectual⁹⁵.

Diante as anotações e análises de conjuntura feitas por Elson Costa, no que tange a bipolaridade entre capitalismo e socialismo, característico do contexto internacional da Guerra Fria, foi possibilitado compreender uma leitura diferente daquele contexto, não dividido entre duas nações imperialistas, mas sim, o exercício de imperialismos nas nações do hemisfério sul do planeta. Um dos documentos em que Elson Costa tece essa reflexão é o mencionado nas anotações “Sobre o XX Congresso do P.C.U.S e as possibilidades de se implantar a revolução no Brasil” (1956), cujo argumento do agente em questão aproxima-se da tese formulada posteriormente por Noam Chomsky (1993), sobre os “contornos da ordem mundial”.

Ainda cabem extensos desdobramentos para essa discussão, porém não estarão no escopo dessa conclusão, de modo a indicar para posteriores investigações. O que está posto é que há um denso conteúdo nas fontes, de forma que dialogam profundamente com as possibilidades de preencher lacunas históricas. O que finaliza esse trabalho é a constatação de que o contexto da *experiência democrática* ainda deve ser colocado *in loco* para maiores investigações, de modo que há fontes que nos fazem desdobrar para complexidade das relações de poder na sociedade brasileira.

Sobre essa complexidade, é evidenciada no contraste entre as conjunturas nacionais, internacionais diante a ótica de análise e releitura regionais e locais. A maneira como Elson Costa apresenta essas discussões de conjuntura política em momentos de mobilização de trabalhadores, oferece para o historiador a possibilidade de construir a narrativa histórica sobre as mobilizações de trabalhadores na experiência democrática e as pautas de luta social da época. Há uma considerável quantidade de manuscritos do agente em questão a respeito de estruturação de falas para os Congressos e demais articulações de trabalhadores. Esses manuscritos podem proporcionar ao historiador leituras adensadas dessa mobilização de

⁹⁵ **Pasta 0093**, Rolo 009, Imagem 50, 27 de fevereiro de 1963

trabalhadores no enfoque regional e local.

Em suma, na análise das expressões políticas alinhadas ao espectro de *esquerda*, no recorte regional e local, foram lidas as subversões ao “coronelismo”. Essa prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, configurando-se por uma forma de mandonismo em que uma elite controla os meios de produção, foi enfrentada e abalada graças à ação dos trabalhadores da época, que precisamente demandavam uma melhor qualidade de vida e uma justiça social. Esses trabalhadores são expressos nas anotações de Elson Costa e lidos de diferentes formas pelo jornal “Folha de Ituiutaba”. O último, inclusive, apresenta com maestria, as movimentações político partidárias e as expressões nacionalistas em contexto regional e local. A percepção desse trabalho consistiu em aprofundar a atividade investigativa de um contexto histórico extremamente plural de ações, de expressões e constituído de agentes que posteriormente, no regime militar, são perseguidos e executados. Dessa forma, buscou-se despertar para a necessidade de investigar essa *experiência democrática* e valorizar a memória da luta social.

Referências:

- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e discutindo espaços. *In: SILVA, Marcos A. da Silva (org.). República em migalhas: História regional e local.* São Paulo, SP: Editora Marco Zero, 1990, p. 7-17
- BARBOSA, Iago de Paula. **Entre trabalhistas e trabalhadores: uma análise da composição do diretório municipal do partido trabalhista brasileiro em Ituiutaba MG (1949/1964).** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba/MG, 2015.
- BOBBIO, N. ; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política I.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BUONICORE, Augusto. A Carta dos 100 e a reorganização do Partido Comunista do Brasil. *In: Grabois: espaço do pensamento marxista e progressista.* São Paulo, SP: Fundação Maurício Grabois, 14 de fevereiro de 2017 Disponível em: <http://www.grabois.org.br> Acesso em: 10 de maio de 2018
- CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas.** Tese de doutorado apresentada para obtenção de título em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Orientador Prof. Dr. Daniel Aarão Reis. Niterói, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997.
- CHOMSKY, Noam. **Ano 501: A conquista continua.** Tradução Maria Cristina Guimarães. São Paulo, SP: Editora Página Aberta, 1993.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa.* João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.
- FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe de 1964. *In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia Neves. Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 345-404
- FERREIRA, Marieta Moraes. A nova "velha história": o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, (1992)
- FIGUEIREDO, Camila Gonçalves Silva. Por onde andam os comunistas? O monitoramento do PCB de Minas Gerais por meio das correspondências do DOPS entre os anos de 1945-1964. **Faces de Clio**, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História – UFJF, vol. 3, n. 5, jan./jun. 2017
- FRANCO, Isaura Melo. **Estudantes tijucanos em cena: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação. Orientador Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza. Uberlândia, MG, 2014
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo> Acesso em 28 de abril de 2018

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia Neves. **Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 157-193.

OLIVEIRA, Lorrán Santos de. **Debates e cisões no jornal Voz Operária: o PCB e o relatório Krushev**. Brasília: UnB, dezembro de 2013. (Monografia)

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo, 2001

SANTOS, Leonardo Soares dos. As ligas camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). Universidade Federal Fluminense, **TrocaDero**, 17, 2005

SILVA, Idalice Ribeiro. **“Flores do mal” na cidade jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia (1945-1954)**. 2000. 445 p. Mestrado. Universidade de Campinas –Unicamp, Campinas-SP, [s.n], 2000.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembrança e esquecimento**. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 60. 1997. 159 p. Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997

TOLEDO, Caio N. de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004

VELLOSO, Mônica Pimenta. A dupla face de Jano: romantismo e populismo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002. p. 171-199

WEFFORD, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.